



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE LETRAS E ARTES  
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS – HABILITAÇÃO EM LÍNGUA  
PORTUGUESA**

**ROBSON BRAZ DO NASCIMENTO**

**“NEGAR É HUMANO”:** MARCAS IMPLÍCITAS E EXPLÍCITAS DO FENÔMENO  
LINGUÍSTICO DA NEGAÇÃO EM CHARGES JORNALÍSTICAS E O ENSINO DE  
LÍNGUA PORTUGUESA

**CAMPINA GRANDE – PB**

**2011**

**“NEGAR É HUMANO”: MARCAS IMPLÍCITAS E EXPLÍCITAS DO FENÔMENO  
LINGUÍSTICO DA NEGAÇÃO EM CHARGES JORNALÍSTICAS E O ENSINO DE  
LÍNGUA PORTUGUESA**

Monografia apresentada ao Curso de Letras –  
Habilitação em Língua Portuguesa – da  
Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento  
à exigência para obtenção do título de graduado,  
sob a orientação da Professora Mestre Dalva Lobão  
Assis.

**CAMPINA GRANDE – PB**

**2011**

**ROBSON BRAZ DO NASCIMENTO**

N244n Nascimento, Robson Braz do.  
“Negar é humano” [manuscrito]: marcas implícitas e explícitas do fenômeno lingüístico da negação em charges jornalísticas e o ensino de língua portuguesa/ Robson Braz do Nascimento. – 2011.

60 f. : il. color.

Digitado.

Trabalho de conclusão de Curso (Especialização em Letras) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2011.

“Orientação: Profa. Ma. Dalva Lobão Assis, Departamento de Letras e Artes”.

1. Charges. 2. Língua portuguesa. 3. Aprendizagem. I. Título.

21. ed. CDD 371.335

**ROBSON BRAZ DO NASCIMENTO**

**“NEGAR É HUMANO”: MARCAS IMPLÍCITAS E EXPLÍCITAS DO FENÔMENO  
LINGUÍSTICO DA NEGAÇÃO EM CHARGES JORNALÍSTICAS E O ENSINO DE  
LÍNGUA PORTUGUESA**

Aprovada em 12 de 12 de 2011

**BANCA EXAMINADORA**

Dalva Lobão Assis Nota: 10,0  
Professora Mestre Dalva Lobão Assis – UEPB  
(Orientadora)

Marta Anaísa Bezerra Ramos Nota: 9,0  
Professora Mestre Marta Anaísa Bezerra Ramos – UEPB  
(Examinadora)

Antonio de Pádua Dias da Silva Nota: 10,0  
Professor Doutor Antonio de Pádua Dias da Silva – UEPB  
(Examinador)

Média: 9,6

## DEDICATÓRIA

À minha mãe,  
por sempre acreditar na educação.

## AGRADECIMENTOS

Ao meu amigo Marco Antonio Gonçalves da Cunha, pela positiva influência que exerceu e exerce até os dias de hoje, despertando em mim o olhar para a ciência e para vida. Sem sombra de dúvida uma verdadeira amizade que sabe a hora de dar o elogio, mas que não poupa palavras para advertir quando necessário.

A Filipe Sousa Vidal de Negreiros, pelas leituras dos meus primeiros textos acadêmicos, dando sugestões sinceras, e também responsável pelo gosto que tenho hoje pela língua inglesa.

A José Kleiton da Silva Santos, prova viva de que a inteligência não se faz apenas no âmbito acadêmico-escolar, permeia toda uma práxis de vida, e que merece todo o valor a ser creditado. Amizade de grande monta e companheiro sempre presente, sobretudo nas variáveis festas de descontração as quais compartilhamos, e que não são poucas, nem serão.

À minha filha, Luíza Oliveira Braz, cujo nascimento mudou radicalmente minha postura em todos os aspectos de minha vida, sem falar na ajuda por ela prestada para digitalização do *corpus* de análise, quando o tempo me faltou para fazê-lo, devido às outras atribuições que me são incumbidas.

À minha esposa, Janilma Silva Oliveira do Nascimento, cujas palavras de incentivo não foram poucas para que eu me confortasse ante aos problemas enfrentados e prosseguisse a caminhada, sem falar na compreensão pelas ausências que se faziam presentes durante esses quatro anos de curso, sobretudo aos domingos.

À Maria Cristina, pela concessão de parte das charges que constituem o *corpus* de análise deste trabalho.

À professora Dalva Lobão Assis, responsável pelo incentivo à publicação do meu primeiro texto acadêmico e pela aceitação de estar na condição de orientadora deste trabalho, inclusive com a sugestão que pode ser considerada o fio condutor de todo o processo monográfico, a inserção do termo “Negar é humano”.

Ao professor Marcos Wagner da Costa Agra, que, sem querer, acabou despertando em mim o gosto pelo fenômeno linguístico da negação.

À professora Teresa Neuma de Farias Campina, acima de tudo, pelo profissionalismo que lhe é inerente e pelas palavras de incentivo que dão vigor à caminha de qualquer discente.

À professora Marta Anaísa Bezerra Ramos, exemplo de vivência acadêmica e leitora profícua, digno de ser seguido.

À Maria Luíza Ferreira Silva, companheira acadêmica que prestou suporte durante os quatro anos de curso, apoiando no que fosse necessário.

A Joéliton Sueldo Cavalcante Araújo, pelos trabalhos que fizemos juntos (do primeiro semestre até o último) e pela competência e compromisso verdadeiros para com a ciência. Sem dúvida, um promissor acadêmico.

E por último, mas não menos importante, a Cícero Antonio Dias Pereira, cujas palavras por ele proferidas à minha pessoa são demasiadamente elogiosas, às quais eu nem sei se merecia, ou mereço.

Enfim, o agradecimento se estende a todos aqueles que direta ou indiretamente participaram de todo o processo que culminou na redação deste texto monográfico.

“Enquanto houver espaço, corpo e tempo  
e algum modo de dizer não  
Eu canto”  
(Belchior)

## RESUMO

É do conhecimento dos estudiosos da língua que a comunicação entre dois ou mais interlocutores se dá pela linguagem. É ela que faz a mediação comunicativa entre os seres humanos, diferentemente dos animais, que se servem de outros meios para estabelecer a comunicação. Consequentemente, nessa utilização e interação da linguagem humana, insere-se um fenômeno linguístico inerente ao ser, que é a negação. Sendo assim, considera-se que “negar é humano”, e permeia toda a humanidade. Em face disso, objetiva-se, neste trabalho, verificar, em charges jornalísticas, que itens linguísticos operam a negação e qual (is) dele(s) tem prioridade na elaboração desse gênero textual, bem como observar quais os tipos de negação que nele predominam. A eleição do referido gênero justifica-se pela sua atualização constante no tocante ao uso da linguagem, pelo fácil acesso que ele propicia, e, por fim, por seu caráter híbrido, contemplando tanto marcas verbais de linguagem quanto as não-verbais na sua tessitura textual. Metodologicamente, selecionam-se dez charges jornalísticas, de autoria do chargista Lila, circuladas diariamente no estado paraibano, no caderno Opinião do Jornal da Paraíba, cujo período de publicação está compreendido de 24 de agosto de 2011 a 29 de setembro de 2011. Quanto aos tipos de pesquisa, o trajeto percorrido partiu primeiramente da análise dos dados em si, isto é, procedeu-se à investigação dos objetos (das charges) sem haver quaisquer manipulações e, em seguida, realizada essa etapa qualitativa, lançou-se mão da quantificação para verificar quais foram os itens que operaram a negação e quais os tipos de negação predominaram nas charges examinadas. Finalizada a análise do corpus, verificou-se que o item priorizado nas charges foi a partícula negativa “não”, firmando-se como um item que, por excelência, exerce a função de negar. E quanto ao tipo de negação, predominou a negação polêmica, cujo uso pode se explicar, sobretudo pelas temáticas, eminentemente polêmicas. Por fim, chegou-se à conclusão de que, embora a partícula “não” tenha sido eleita, com um maior número de ocorrências, outros elementos constitutivos da língua exercem a função de negar, o que amplia o repertório linguístico dos usuários da linguagem.

**Palavras-chave:** Negar é humano; Fenômeno linguístico da negação; Charge.

## ABSTRACT

It is well known to researchers of language as communication between two or more people is by language. It is who mediates communication between human beings, unlike animals, who use other means to communicate. Consequently, this use of language and human interaction is part of a phenomenon inherent to the language, which is denial. Therefore, it is considered that "to deny is human", and permeates the whole of humanity. Given this, the objective of this study is to verify, newspaper cartoons, which operate on linguistic items denial and which one (s) of it (s) have priority in the development of this genre, as well as observing what kind of denial that it predominate. The election of this kind is justified by its constant update regarding the use of language, the easy access it provides, and, finally, because of its hybrid, including both brands verbal language as the non-verbal in its fabric textual. Methodologically, ten are selected newspaper cartoons, created by the cartoonist Lila, circulated daily in the state of Paraíba, in the tender Official Program of Paraíba, whose period of publication is comprised of 24 August 2011 to 29 September 2011. The types of research, the path traveled left of the first analysis of the data itself, that is, proceeded to the investigation of objects (the cartoons) without having any manipulations, and then held the qualitative stage, it employed quantification to see which items were the denial that operated and what types of denial prevalent in cartoons examined. Completed analysis of the corpus, it was found that the item was prioritized in the negative particle cartoons "no", establishing itself as one item, for excellence, serves as deny. What about the kind of denial, the denial polemic prevailed, whose use can to be explained, mainly by theme, eminently polemics. Finally, it was concluded that, although the particle "not" has been elected with a greater number of occurrences, other components of language play the role of denial, which extends the linguistic repertoire of language users.

**Key-words:** Deny is human; linguistic phenomenon of negation; cartoon.

## **LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS**

<b>Gráfico I – Tipos de negação .....</b>	<b>51</b>
<b>Gráfico II – Itens priorizados .....</b>	<b>52</b>
<b>Tabela I – Ocorrências quanto aos tipos de negação .....</b>	<b>52</b>
<b>Tabela II – Ocorrências quanto aos itens priorizados .....</b>	<b>53</b>

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>2. ARCABOUÇO TEÓRICO .....</b>	<b>16</b>
<b>2.1. O fenômeno linguístico da negação ou: “negar é humano”! .....</b>	<b>16</b>
<b>2.2. Duas semânticas (enunciativa e argumentativa) e algumas considerações .....</b>	<b>18</b>
<b>2.3. O fenômeno linguístico da negação: particularidades linguístico-semânticas.....</b>	<b>21</b>
a) A noção de pressuposição .....	21
b) O escopo da negação .....	23
c) Níveis da negação.....	24
d) Tipos de negação .....	27
<b>2.4. A negação à luz da tradição .....</b>	<b>30</b>
<b>2.5. O gênero charge: origem, história e especificidades .....</b>	<b>33</b>
<b>3. METODOLOGIA.....</b>	<b>36</b>
<b>4. MARCAS EXPLÍCITAS E IMPLÍCITAS DO FENÔMENO LINGUÍSTICO DA NEGAÇÃO.....</b>	<b>37</b>
<b>4.1. Análise qualitativa .....</b>	<b>37</b>
a) Negação Metalinguística .....	37
b) Negação Polêmica.....	40
c) Negação Descritiva .....	46
<b>4.2. Quantificando os dados e entendendo os aspectos qualitativos.....</b>	<b>51</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>55</b>
<b>6. REFERÊNCIAS .....</b>	<b>58</b>

## 1. INTRODUÇÃO

As pesquisas decorrentes dos estudos linguísticos no que diz respeito ao fenômeno linguístico da negação já forneceram material relativamente suficiente para que qualquer pesquisador possa se debruçar sobre o estudo dessa temática e, com isso, usufruir da epistemologia engendrada ao longo dos anos. Com isso, de posse da teoria produzida, surge a necessidade de investigação de como a manifestação desse fenômeno linguístico se configura em textos reais.

A mídia, com o seu amplo repertório de textos dos mais variados gêneros, por exemplo, pode fornecer material satisfatório para que o pesquisador possa adentrar nesse universo, e, nos textos jornalísticos, coletar o que de mais representativo possa manifestar o fenômeno linguístico da negação. E a charge é um exemplo disso. Assim, a eleição desse gênero justifica-se pela sua atualização constante no tocante ao uso da linguagem, pelo fácil acesso que ele propicia, e, por fim, por seu caráter híbrido, contemplando tanto marcas verbais de linguagem quanto às não-verbais na sua tessitura textual.

Feito esse preâmbulo, chega-se ao seguinte problema: por meio de quais itens linguísticos é mobilizada a negação nos textos da esfera jornalística e qual (is) dele(s) tem prioridade?

Diante desse problema, levanta-se a hipótese de que a constituição do fenômeno linguístico em questão não se processa apenas com o “não”, pois, acredita-se que existem outros itens responsáveis por essa operação.

Desta forma, o objetivo central contemplado neste trabalho é investigar, no texto jornalístico, charges, especificamente, como se dá concretização do fenômeno linguístico da negação.

Já os objetivos específicos consistirão em verificar, em charges, por meio de quais itens linguísticos a negação e concretiza e qual (is) dele(s) tem prioridade na elaboração textual do gênero eleito, bem como os <sup>1</sup>tipos de negação neles incrustados.

A execução desse tipo de pesquisa, que se constitui de quatro modalidades: a de cunho documental, bibliográfico, qualitativo e quantitativo, legitima-se pelo fato de trazer à tona o

---

<sup>1</sup> Sobre os tipos de negação, discutir-se-á, no item d), do subtópico O fenômeno linguístico da negação: particularidades linguístico-semânticas, da fundamentação teórica.

uso real de manifestações linguísticas pouco exploradas, quiçá relegadas ao estudo aprioristicamente teórico, seja nos níveis médio, fundamental e de graduação, em detrimento das verdadeiras ocorrências do uso cotidiano. Além disso, o trabalho pode ampliar o entendimento que se tem acerca do fenômeno linguístico em pauta.

Por fim, reitera-se que a pesquisa procurará balizar teoria e prática, tendo, com efeito, o objetivo de investigar, no texto jornalístico, charges, especificamente, a concretização do fenômeno já aventado que perpassa esse meio sociocomunicativo tão presente no meio social.

No tocante à organização deste trabalho, este se divide em cinco capítulos, os quais serão apresentados logo abaixo.

No segundo capítulo fazem-se considerações a respeito, primeiramente, do “O fenômeno linguístico da negação ou: ‘negar é humano!’”, por se configurar como ponto de partida imprescindível para justificar o porquê de se entender, neste trabalho, que negar é um ato humano. Sobre esse aspecto são de grande monta as contribuições de Benveniste (2005), para, de início, estabelecer a distinção entre a linguagem humana e a comunicação animal. Em seguida, com Schopenhauer (2007), tem-se à disposição, pelo viés filosófico, uma visão que põe em relevo a linguagem humana. E, com Horn (2001), amplia-se essa concepção, incluindo o que se pode chamar de fulcro do subtópico, que manifesta especificamente o fenômeno da negação enquanto representação humana.

Em seguida, tecem-se algumas palavras sobre a semântica enunciativa e argumentativa, cuja base teórica está compreendida por autores como: Ducrot (1977), Ilari & Geraldi (1990) e outros.

O subtópico “O fenômeno linguístico da negação: particularidades linguístico-semânticas” se subdivide em quatro partes, dispostas na seguinte ordem: a) A noção de pressuposição, cuja base teórica advém da lógica, a partir dos postulados de Frege (1978), passando pelas pesquisas efetuadas por Vogt (1977) e, no âmbito dos estudos pragmáticos, Gouveia (1996) problematiza o fato de o pressuposto de uma sentença poder ser negado; b) O escopo da negação, na qual se discute a incidência da carga semântico-negativa de alguns itens linguísticos que operam a negação, trazendo sobretudo as contribuições de Mateus et alii (1983), Moura (2006) e outros; c) Níveis da negação, que tem como base teórica fundamental os estudos de Neves (2000); e, d) Tipos de negação, na qual são cotejadas sete tipos de negação (três advindas de Ducrot (1987), uma provinda de Castilho (2010), outra de Filho (1971) e, por fim, as duas últimas suscitadas por Ilari (2004).

Prosseguindo, procede-se à revisão bibliográfica do quadro teórico proveniente dos estudos de base tradicional, sobretudo por meio dos registros de Cunha (1970) Bechara (2006), e Luft (1973).

Como observam-se e analisam-se, no gênero charge, as manifestações do fenômeno linguístico da negação, no último subtópico do arcabouço teórico, dedicar-se-á atenção à noção de gênero, primeiramente, tecendo definições do que seja gênero do discurso, com Bakhtin (2003), para desembocar em Marcushi (2007), com a nomenclatura gênero textual, a qual será seguida. Por conseguinte, traçar-se-á um panorama concernente à origem, à história e às especificidades do gênero charge, além de elegê-lo como um texto semiótico, cuja sustentação teórica adotada consta na obra de Barros (2008).

Metodologicamente, no terceiro capítulo, será demonstrada, pormenorizadamente, como se deu todo o processo de coleta e seleção das charges que compõe o *corpus* de análise, apresentando desde o período compreendido do levantamento efetuado, à sequência de pesquisa adotada para se chegar aos resultados obtidos, isto é, parte da pesquisa do tipo qualitativa para se chegar à natureza quantitativa.

No quarto capítulo, chega-se à análise em si, que compreende três blocos constitutivos, respectivo às categorias estabelecidas, partindo da análise qualitativa dos dados, seguida da quantitativa.

Por fim, no quinto capítulo, fazem-se as considerações finais, momento crucial para que se deixe claro que, principalmente, as hipóteses levantadas foram confirmadas através das análises efetuadas. Além disso, registrar as impressões proporcionadas pela pesquisa e que rumos ela pode tomar a partir deste momento, haja vista a provocação descontraída que será lançada com vistas a incitar novas pesquisas sobre o fenômeno linguístico da negação, que pode partir tanto por iniciativa do próprio autor deste trabalho, como também de outros discentes que simpatizem com o tema sobre o qual se dedicou algumas linhas. Além disso, neste mesmo capítulo, disponibilizam-se algumas sugestões de ensino para abordagem da temática em sala de aula.

No mais, espera-se que deste texto, outros surjam, aprofundem e enriqueçam a abordagem da temática em questão, cuja amplitude não se resume nos breves parágrafos arquitetados no decorrer das páginas que se seguem.

Enfim, antecipa-se logo de início, que desde já, o autor deste trabalho se coloca à disposição para críticas e/ou elogios, caso o trabalho aqui tecido incite àqueles que se interessem pela temática.

## 2. ARCABOUÇO TEÓRICO

Para fundamentar a análise do *corpus* que será submetido ao exame no quarto capítulo, aqui estão explicitadas as teorias que foram essenciais à condução do trabalho sobre o fenômeno linguístico da negação.

### 2.1. O fenômeno linguístico da negação ou: “negar é humano”!

Conceber a linguagem como um ato estritamente humano parece, à primeira vista, postular impetuosamente que inexistente outra configuração comunicativa que não a humana. Porém, sabe-se que, o sistema de signos linguísticos utilizado pelos humanos constitui, por assim dizer, um complexo “jogo de linguagens”<sup>2</sup>, para utilizar o dizer de Wittgenstein (2002), incorporando outras peculiaridades que transcendem à comunicação dos animais, pois as pessoas conseguem elaborar sistemas abstratos de signos.

Inclusive, Benveniste (2005), ao discorrer sobre a “comunicação animal e a linguagem humana”, após apresentar uma pesquisa realizada pelo zoólogo Karl von Frisch, demonstra as consideráveis diferenças entre a linguagem humana e a comunicação das abelhas, apontando, enfaticamente, para a sofisticação da elaboração linguística humana e as constatações que atestam a limitação da comunicação animal.

Adentrando no plano filosófico, no seu texto, “Sobre a linguagem e as palavras”, Schopenhauer (2007) reflete:

A voz dos animais serve unicamente para expressar a *vontade*, em suas excitações e movimentos, mas a voz humana também serve para expressar o *conhecimento*. É por isso que os sons feitos pelos animais quase sempre nos causam uma impressão desagradável, com exceção de algumas vozes dos pássaros. [Isso porque os sons desses animais assemelham-se a configurações harmônicas, música, pode-se dizer, e, considerando o gosto do homem pelas artes, justifica-se essa simpatia]. (p. 145, grifos do autor)

A passagem filosófica supracitada é incisiva ao reconhecer que a linguagem humana vai além das faculdades de expressar vontades, constrói conhecimento, o que assegura a complexidade do fazer linguístico humano. Aliás, o referido filósofo estende-se, imiscuindo-se pelas frestas dos estudos da linguagem e acrescenta:

---

<sup>2</sup> Para Wittgenstein (2002, p. 189, grifos do autor), “A expressão *jogo* de linguagem deve aqui realçar o facto de que falar uma língua é uma parte de uma actividade ou de uma forma de vida.”

Na origem da linguagem humana se encontram certamente, em primeiro lugar, as *interjeições*, com as quais não se expressam conceitos, mas sentimentos, movimentos da vontade, assim como nos sons dos animais. Logo depois apareceram diversas espécies de interjeições e, a partir dessa diversidade, ocorreu a passagem para os substantivos, verbos, pronomes pessoais, e assim por diante. (SCHOPENHAUER, 2007, p. 145, grifos do autor)

Talvez, Schopenhauer (Op. cit.) tivesse logrado êxito pleno se não postulasse em favor de uma derivação das conjunções para as demais classes de palavras, pois, “Não há evidência tangível, de ordem histórica ou de outra ordem, que se preste a admitirmos que a massa dos elementos e dos processos de linguagem seja uma evolução das interjeições”. Sapir (1971, p. 20).

Não diferente do que foi exposto até agora, do ponto de vista distintivo, sobre as considerações acerca da linguagem humana versus a comunicação animal, há um fenômeno peculiar à linguagem humana que diz respeito à representação da negação no sistema de comunicação humana e à ausência desta na comunicação animal, conforme registra Horn (2001, p. 13), logo abaixo, servindo-se de alguns teóricos.

Todos os sistemas de comunicação humana contêm uma representação da negação. O sistema de comunicação animal não inclui interações negativas, e, por conseguinte, não possuem nenhum significado para designar valor de verdade, para mentir, para ironia, ou para imitar declarações falsas ou contraditórias. (cf. Altmann1967: 353-55). A distinção entre a natureza digital da representação linguística na linguagem humana e os mecanismos análogos de comunicação animal (Sebeok 1962) podem ser discutidos como resultado diferentemente do uso essencial feito pelos humanos, da negação e oposição. Se somos, por definição, animais que falamos, somos, por isso mesmo, animais que negamos, e como Spinoza e Hegel argumentaram, alguma determinação linguística diretamente ou indiretamente envolve a negação<sup>3</sup>. (tradução nossa).

Em síntese, se seres humanos falam, então, estão aptos a negar, diferentemente dos animais, que não são dotados de meios fonológicos e mentais, desenvolvidos o suficiente para poderem enunciar e conseqüentemente efetuarem a operação de negação. Acrescente-se, além disso, que, “Negar: é um «acto mental».” (WITTGENSTEIN, 2002, p. 449), é mister admiti-lo como um ato humano. Ademais, a operação de negação engloba nuances enunciativas.

---

<sup>3</sup> Texto original: All human systems of communication contain a representation of negation. No animal communication system includes negative utterances, and consequently none possesses a means for assigning truth value, for lying, for irony, or for coping with false or contradictory statements (cf. Altmann1967: 353-55). The distinction between the largely digital nature of linguistic representation in human language and the purely analog mechanisms of animal communication (Sebeok 1962) can be argued to result directly from the essential use humans make of negation and opposition. If we are by definition the animals that talk, we are ipso facto the animals that deny, for as Spinoza and Hegel argue, any linguistic determination directly or indirectly involves a negation. (HORN, 2001, p. 13).

Destarte, como assinala Mateus et alii (1983), as estratégias para arquitetar a negação não se encerram no âmbito da sentença, verticalizam-se: nega-se afirmativamente, ou seja, às vezes uma negação, em decorrência do contexto de discurso presta-se mais como uma afirmação; por vezes, ocorrem enunciados que são eminentemente positivos, mas no contexto conversacional soam como negativos. E, ainda, existem enunciados desprovidos de qualquer marca que providencie a negação linguística e que a efetive, e, no entanto, na situação comunicativa, são interpretados como verdadeiras manifestações de sentido negativo.

Dito isto, reforça-se a ideia de conferir, por excelência, considerando toda a complexidade da linguagem humana, com pressupostos teóricos dignos de nota de áreas distintas do conhecimento humano que, negar é um ato humano.

Enfim, pelas linhas aqui delineadas, constata-se que se estar diante de um ato presente na vida das pessoas, algumas efetuando-o de modo mais explícito, em textos orais ou escritos, outras de modo mais tênue, quase imperceptíveis, refinados, que não se mostram de chofre aos aparelhos visuais e auditivos no instante imediato da interação comunicativa, entretanto, com a atenta observação, logo são emersos e trazidos à tona, e, finalmente, compreendidos.

## **2.2. Duas semânticas (enunciativa e argumentativa) e algumas considerações**

O termo “Semântica da Enunciação” aparece pelos menos em dois manuais introdutórios dos estudos linguísticos a que se tem acesso. Os autores que se servem da referida terminologia são Oliveira (2001) e Guimarães (2006). Porém, em nenhum dos dois textos é clara a autoria do referido termo.

A investigação científica não se contenta com a mera dedução sem que haja dados comprobatórios para validá-la. Assim, verifica-se que, no texto “História, Sujeito, Enunciação”, Guimarães (1998), após perscrutar algumas postulações ducrotianas a fim de definir em qual corrente teórica elas se inserem, afirma: “[...] o trabalho de linha ducrotiana inclui-se no que chamo semântica da enunciação [...]”. (p.112).

Entrementes, de fato, o que seria esta vertente teórica de que fala Guimarães (Op. cit.) e de que fatos da língua ela se ocuparia? Como caracterizá-la?

Talvez, grosso modo, seja pertinente desmembrar esta composição (Semântica da Enunciação) e tentar definir os dois polos que a compõem: de um lado, semântica; de outro, enunciação, e, por fim, chegar-se à conclusão de uma definição plausível que dê conta deste conceito. Assim, para o primeiro conceito, Oliveira (2001, p.18) posiciona-se: “Podemos

afirmar que a Semântica busca descrever o “significado” das palavras e das sentenças [...]”. Já para enunciação, o Dicionário Dubois et alii (2006, p.218) traz a seguinte definição, inclusive opondo-se a enunciado:

*Enunciação* opõe-se a *enunciado*, no sentido mais corrente dessa palavra, como *fabricação* se opõe a objetivo *fabricado*. A enunciação é o ato individual de utilização da língua, enquanto enunciado é o resultado desse ato, é o ato de criação do falante. Assim, a enunciação é constituída pelo conjunto dos fatores e dos atos que provocam a produção de um enunciado. (grifos do autor)

Dito isto, noutros termos, “A enunciação é o acontecimento em que a língua funciona e assim constitui sentido.” (GUIMARÃES, 2006, p.124). E mais, como escreve Ducrot (1987) “[...] cada ato de enunciação constitui um acontecimento único [...]” (p.65). Ou seja, retomando a citação dicionarizada, a enunciação seria a construção, e o enunciado, o construído. E se a língua constitui sentido, Ducrot (1977, p. 116) problematiza: “O que se deve entender quando se fala da descrição semântica de uma língua?”, ao passo que responde: “[...] entendemos a descrição semântica como um conjunto de conhecimentos que permitem prever o sentido que recebe efetivamente cada enunciado da língua em cada uma das situações em que é empregado [...]”(DUCROT, Op. cit., p.116).

Isto é, as evidências necessárias à constatação do acontecimento enunciativo são buscadas por meio de um instrumental teórico que consiste em predizer o sentido inscrito em cada enunciado em situações comunicativas específicas em que ocorre o evento enunciativo.

Então, infere-se, pelo que foi mencionado supracitadamente, que a Semântica da Enunciação propõe uma descrição semântica dos enunciados a partir de suas estruturas linguísticas oriundas da produção individual do falante, envolvendo, no jogo enunciativo, um locutor, agente do enunciado, e um interlocutor, ouvinte e destinatário do enunciado produzido na trama discursiva, esta que envolve outros componentes, como a argumentação.

Quanto à argumentação, verifica-se que,

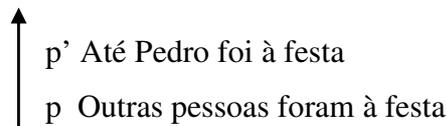
O valor argumentativo de uma frase não é somente uma consequência das informações trazidas por ela, mas a frase pode comportar diversos morfemas, expressões ou torneios que, mais do que seu conteúdo informativo, servem para dar uma orientação argumentativa ao enunciado, a conduzir o destinatário para tal ou tal direção. (DUCROT apud GERALDI, 1978, p. 6).

Seguindo a fundamentação teórica ducrotiana, a propósito, algumas fórmulas linguísticas, de natureza negativa, consagradas pelo uso, funcionam como assinalam Ilari &

Geraldi (1990), como verdadeiros operadores argumentativos, que peculiarmente podem ser observados quando manifestados numa escala argumentativa (fenômeno escalar).

Analisando o comportamento do operador argumentativo *nem*, Santos (1990) informa que o uso deste operador inverte a conclusão de uma escala argumentativa, quando comparado ao operador *até*. Para melhor visualização, seguem os exemplos, adaptados, presentes na obra da referida autora e a explicação do movimento escalar.

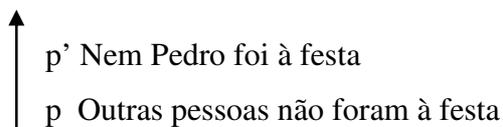
A festa foi um sucesso (conclusão R)



No exemplo acima, para se chegar à conclusão “R”, inclui-se como argumento mais forte da escala, a presença de Pedro (p’), comparado ao argumento (p). E a utilização do operador *até* promove essa força argumentativa.

Invertendo essa conclusão, pode-se utilizar a ausência de Pedro como argumento mais forte para o fracasso da festa. Logo, o operador de negação *nem* providencia esse direcionamento argumentativo, elegendo o argumento (p) como portador de menor força argumentativa no jogo enunciativo.

A festa foi um fracasso (conclusão R)



Acrescente-se que o operador argumentativo de negação *nem*, na sentença, “Nem Pedro foi à festa”, evoca um conteúdo pressuposto presente no nível da enunciação. Discutir-se-á sobre pressuposição mais a frente.

Finalizando, Santos (Op. cit., p.7) afirma: “A essa proposta de análise [que se viu acima sobre o fenômeno escalar da argumentação] denominou-se SEMÂNTICA ARGUMENTATIVA”, tendo Oswald Ducrot como precursor desses estudos.

### 2.3. O fenômeno linguístico da negação: particularidades linguístico-semânticas

#### a) A noção de pressuposição

À luz dos estudos de Frege<sup>4</sup> (1978), herdamos-se umas das primeiras noções de pressuposição. Assim, para adentrar no que se concebe por pressuposição, este filósofo lança mão de um estudo sobre as sentenças subordinadas para detectar que as palavras dessas sentenças têm referências sem possuir um pensamento<sup>5</sup> como sentido, nem um valor de verdade<sup>6</sup> como referência. E, para explicar seu ponto de vista, serve-se do exemplo abaixo.

“Quem descobriu a forma elíptica das órbitas planetárias morreu na miséria”

Analisando sentença acima, a primeira conclusão a que Frege (Op. cit.) chega é a de que a sentença subordinada não possui um pensamento completo, isto é, não possui um conteúdo objetivo e, isto se dá porque o sujeito “quem” não é detentor de um sentido independente, como um nome próprio, por exemplo. Desse modo, o sentido da sentença subordinada não é um pensamento completo nem sua referência é um valor de verdade.

A segunda conclusão é a de que, da referida sentença derivam duas outras, a saber: “morreu na miséria” e “houve alguém que descobriu a forma elíptica das órbitas” – para esta segunda sentença Frege (1978, p. 75) adverte: “[...] quem tomar o todo como verdadeiro não pode negar esta parte.”

Assim, proveniente da sentença geratriz residem dois pressupostos: o primeiro é que houve alguém que descobriu a forma elíptica das órbitas, e o segundo é que esse alguém morreu na miséria.

Porém, quando a sentença é submetida aos efeitos da negação, a incidência negativa não afeta o conteúdo da sentença “houve alguém que descobriu a forma elíptica das órbitas”, mas apenas o da sentença “alguém morreu na miséria”.

Endossando o postulado de Frege (Op. cit), Ilari e Geraldi (1990) concebem a pressuposição, como um “[...] conteúdo implícito, sistematicamente associado ao sentido da

<sup>4</sup> A noção de pressuposição segundo este autor consta no ensaio intitulado “Sobre o sentido e a referência”, constante na obra: FREGE, Gottlob. *Lógica e filosofia da linguagem*. Seleção, introdução, tradução e notas de Paulo Alcoforado. São Paulo, Cutrix, Ed da Universidade de São Paulo, 1978.

<sup>5</sup> Sobre pensamento, Frege (1978, p.67) pronuncia-se: “Entendo por pensamento, não o ato subjetivo de pensar, mas seu conteúdo objetivo, que pode ser a propriedade comum de muitos.

<sup>6</sup> Já por valor de verdade, Frege (1978, p. 69) escreve: “Entendo por valor de verdade de uma sentença a circunstância de ela ser verdadeira ou falsa.”

oração, tal que a oração só pode ser verdadeira ou falsa se o conteúdo em questão for reconhecido como verdadeiro” (p.90). Noutros termos, no dizer dos autores em pauta, subjaz uma relação condicional entre o posto (conteúdo explícito) e o pressuposto (conteúdo implícito) quando se evocam as noções de verdadeiro e falso. Esse postulado é de fundamental importância para que se entenda o porquê de o pressuposto de uma sentença não admitir a negação. Ou seja, não poder ser negado.

De outro modo, numa perspectiva didática, pode se dizer que

A [...] relação de sentido que se estabelece entre o que se diz com um enunciado e o que esse enunciado (se) deixa dizer, dá-se o nome de pressuposição, a qual pode ser fundamentalmente de índole semântica ou de índole pragmática. Encarada do ponto de vista semântico, a pressuposição (semântica) é normalmente definida em termos da sua propriedade de persistir à negação da proposição que a determina [...] (GOUVEIA, 1996, p.405).

Se, por um lado, conforme os posicionamentos acima, não se pode negar o pressuposto, lançando-se mão de um método semântico de análise, quando as sentenças são contextualizadas isso cai por terra, haja vista a situação comunicativa concreta, pois,

Problemas há, contudo, que se podem levantar a um tratamento semântico da pressuposição e que dizem respeito ao facto de o contexto de enunciação de uma frase, a que normalmente se encontra ligada uma pressuposição influenciar os juízos dos falantes quanto à presença ou não de tal pressuposição (GREEN, apud GOUVEIA, 1996, p. 405-406).

Um exemplo prático pode ser esclarecedor para assegurar a negação de um pressuposto, conforme ilustrado abaixo.

- Locutor (A): Dou por vista, aquela mulher quando era jovem! Devia ser muito bonita.
- Locutor (B): Então ela é feia hoje.
- Locutor (A): Não, ela está mais bonita ainda.

Percebe-se que, quando (A) levanta a hipótese de que uma dada mulher supostamente deveria ser muito bonita quando de sua juventude, (B) pressupõe que (A) disse, ou quis dizer, que ela é feia na atualidade. Porém, em seguida, no contexto de fala, o pressuposto é negado. Assim,

Deste ponto de vista, a noção de pressuposição deve ser encarada fundamentalmente a partir de uma visão pragmática da linguagem, i.e., enquanto **pressuposição pragmática**, sendo mais bem definida como assunções dos falantes relativamente aos contextos de comunicação de que fazem parte. (GOUVEIA, 1996, p. 406, grifos do autor).

Finalizando, tem-se o argumento de Vogt (1977), que estudando a relação entre a pressuposição e argumentação, posiciona-se:

[...] a pressuposição pode ser considerada como um ato que visa a estabelecer, como ponto de partida para o edifício da argumentação, a adesão do [interlocutor]. Isto é, ela poderia ser considerada como constituindo uma espécie de tópico, de lugar da argumentação, mas um lugar privilegiado uma vez que, embora guardando a natureza do implícito, ele se apresenta com a força de uma imposição explícita, criando para o [interlocutor] certas obrigações cuja necessidade parece justificar-se pelo próprio direito de falar. (p. 265).

Ou seja, a pressuposição, nesse sentido, pode ser entendida enquanto “alicerce” que dá sustentação à argumentação, esta que tem como finalidade convencer o interlocutor impingindo-lhe certas restrições no ato comunicacional. Ou seja, “[...] a argumentação [...] visa a um determinado fim, a uma dada conclusão, se desenvolve ao nível da posição dos enunciados, [e] o pressuposto seria o acordo base que, linguisticamente, o sujeito dessa argumentação procura impor ao seu interlocutor.” (VOGT, 1977, p. 266).

## b) O escopo da negação

Abrindo a discussão acerca dos processos de negação, Mateus et alii (1983) entendem que,

As operações de negação podem aparecer expressas por elementos que as **explicitam** e simultaneamente definem o respectivo escopo (negação lexical e negação da frase simples e dos seus constituintes; podem por outro lado constituir-se **implicitamente** em enunciados que não apresentam elementos formais de negação, funcionando, no entanto, como enunciados de sentido negativo, relativamente ao contexto em que são proferidos e ao discurso que imediatamente os antecede (respostas expressas por frases positivas ou interrogativas que, no processo específico de interação, são interpretadas como negativas). (p. 153-154, grifos da autora)

Noutras palavras, explicitar e definir um escopo da negação por meio de elementos que se prestem à caracterização desse fenómeno linguístico é fazer uso de itens lexicais que possuam carga semântico-negativa. Com isso, a língua tem à disposição um repertório

linguístico que contempla, como se sabe, advérbios, pronomes, conjunções, dentre outros. E representar uma sentença negativa com ausência desses constituintes formais é, por exemplo, numa dada situação comunicativa, que promova tal ocorrência, um dado locutor proferir um enunciado em que seu interlocutor interpreta-o como portador de sentido negativo. Ou seja, reside aí a pressuposição, pois, já que não há marcas formais que assegurem a negação, subjaz no discurso essa intenção que é detectada imediatamente pelo interlocutor.

Já Neves (2000, p.285, grifos da autora) afirma que “O **escopo da negação** define-se como o segmento de enunciado em que a negação exerce seu efeito, ou seja, como o conjunto de conteúdos afetados pelo operador de negação”. O problema é quando esse operador de negação é o “não”, pois, além de ser, “[...] entre todas [as formas de se operar a negação, é] umas das menos confiáveis, pelos equívocos a que dá margem”. (ILARI & GERALDI, 1990, p.30). Esses equívocos dizem respeito às diferentes interpretações que a sentença pode dar a conhecer quando do uso do recurso da partícula negativa “não”, incluindo-se, também, a possibilidade de geração de ambiguidade no escopo da negação.

Porém, essa ambiguidade pode ser desfeita a depender do contexto comunicativo em que tal configuração linguística se apresenta, bem como do instrumental teórico que sustente a análise, pois, há de se ter em mente que, “A significação que independe de contexto é colocada no campo da semântica, e a significação contextualmente dependente é colocada no campo da pragmática.” (MOURA, 2006, p.66).

Além do item linguístico “não” a que se tem acesso para operar a negação – inconstante, do ponto de vista semântico- interpretativo –, há outro bem delimitado quanto ao escopo. Isto é, parece, de acordo com o espírito da intuição, que seu escopo é mais preciso. Trata-se do operador *nem*, cuja incidência semântico-negativa, no dizer de Santos (1990), recai sobre o constituinte que lhe segue, ponto vista adotado também por Mateus et alii (1983).

### **c) Níveis da negação**

Segundo Neves (2000), há três níveis nos quais a negação linguística pode se manifestar, a saber: o sintático; o semântico e o morfológico. Na esteira teórica desta autora, conceber a negação enquanto configuração sintática é admitir a possibilidade de que todos os constituintes da oração podem ser negados, seja na relação sujeito-predicado, ou

simplesmente a negação de outros componentes da oração, como sujeito, complemento, verbo da oração, dentre outros.

É imprescindível informar que, para o estabelecimento dessa incidência negativa nos termos da oração aqui aventados, fatores semânticos são cruciais para que se possa assegurar e determinar sobre qual constituinte da sentença a carga semântica da partícula negativa irá impingir-lhe a negação.

Porém, cabe uma ressalva neste ponto, pois, sobretudo, conforme discutido no subitem b), cada item lexical que promove a negação tem um comportamento distinto, o que implica dizer que não são todos os itens que efetuam a negação que dão margem a essa flutuação quando se trata de escopo.

No nível morfológico, Neves (Op. cit., p.305) lista, num quadro, alguns itens (após cada quadro serão delineadas informações complementares) que ativam a negação prefixal, conforme transcrito logo abaixo.

moral	<b>Amoral</b>
normal	<b>Anormal</b>
partidário	<b>Apartidário</b>
normalidade	<b>Anormalidade</b>
sistematicamente	<b>Assistematicamente</b>

No caso do prefixo a-, este “[...] prefixa-se a bases adjetivas e a alguns elementos substantivos que resultam da nominalização de adjetivos prefixados.” (ALVES, 2002, p.92). Além disso, para Alves (Op. cit.), a utilização desse prefixo elege os adjetivos, submetidos à negação, à categoria de adjetivos classificadores, em oposição à classe dos quantificadores. E mais, a inserção desse item prefixal que instaura a negação pode estabelecer uma relação antonímica em alguns contextos em que podem figurar.

obedecer	<b>DESobedecer</b>
organização	<b>DESorganização</b>
prazer	<b>DESprazer</b>
preparo	<b>DESpreparo</b>
serviço	<b>DESserviço</b>
agradável	<b>DESagradável</b>

favorável	<b>DES</b> favorável
necessária	<b>DES</b> necessária
humano	<b>DES</b> umano
conhecer	<b>DES</b> conhecer

Não diferente do que foi discutido quando da abordagem do prefixo de negação a-, em alguns contextos a relação antonímica pode ser instaurada com a presença do prefixo des-.

É interessante perceber as denotações oriundas do uso desse item prefixal quando atrelado a cada item lexical, a saber: desobedecer – não obedecer, faltar com obediência; desprazer – não ter prazer, falta de prazer, ausência de prazer, dentre outros.

capaz	<b>IN</b> capaz
feliz	<b>IN</b> feliz
dispensável	<b>IN</b> dispensável
tolerável	<b>IN</b> tolerável
puro	<b>IM</b> puro
real	<b>I</b> rreal
mortal	<b>I</b> mortal

De acordo com Alves (2002), o prefixo in- apresenta duas formas: in- e i-, as quais estão ilustradas no quadro acima e podem unir-se a bases substantivas, adjetivas e verbais.

Além disso, “Os derivados com *in-* implicam, com relação à base, uma negação antonímica que pode apresentar características não-graduáveis – *completo/incompleto, mortal/imortal* [...]” (ALVES, Op. cit., p.96, grifos da autora)

Do ponto de vista conceitual, há convergência na visão de Neves (Op. cit.) e Mateus et alii (1983), pois ambas utilizam a mesma terminologia: negação prefixal. Ou seja, trata-se de prefixos que, do ponto de vista semântico, são, por excelência, portadores de sentido negativo.

Neves (2000) em seu estudo presta um adendo, informando que o operador de negação *não*, em alguns contextos, pode se configurar num item prefixal, como por exemplo, não-verdade.

Acrescente-se que os morfemas prefixais são recursos de grande monta para o estabelecimento da negação e “[...] revelam bastante produtividade e integram a formação de vários itens léxicos.” (ALVES, 2002, p.99).

Finalizando, Alves (Op. cit.) revela um viés de cunho prático do ponto de vista do uso da língua. Assim, segue na íntegra o pronunciamento da referida autora:

A prefixação de caráter negativo e opositivo corresponde, em muitos casos, a uma alternativa de economia discursiva. A negação lexical, expressa por um item léxico prefixado, pode tornar-se mais econômica do que uma construção sintática negativa. Contextos como “manifestação antigoverno” e “trecho não-aéreo” evitam frases mais complexas como “manifestação contra o governo” e “trecho que não é aéreo” (p. 99)

Com outras palavras, a prefixação é um recurso que, além de permitir da economia discursiva, sintetiza a linguagem tornando-a mais clara e objetiva – sem rodeios linguísticos.

#### **d) Tipos de negação**

Fundamentados em Ducrot (1987), autores como Neves (2000) e Guimarães (2006), em suas respectivas obras, abordam os conceitos-chave daquele teórico, no que toca aos tipos de negação. Basicamente são três os tipos de negação: a descritiva, a polêmica e a metalinguística. A seguir, definir-se-á cada um desses conceitos, seguindo-se da apresentação de exemplos para melhor ilustrar como se concretizam os referidos tipos de negação.

- Negação descritiva: como o próprio conceito sugere, consiste em negar o estado de coisas do mundo. Ou seja, nega-se, descritivamente, descreve-se, negando.
  - i. Não há uma nuvem no céu<sup>7</sup>.
- Negação polêmica: em linhas gerais, esse tipo de negação consiste em refutar, ou retificar uma enunciação de outro enunciador. Com o par de sentenças abaixo, isso pode ser melhor vislumbrado.
  - ii. Viver não é fácil.
  - iii. Viver é fácil.

---

<sup>7</sup> Exemplo coletado em Oliveira (2001).

Nestes exemplos acima, evidencia-se que (ii) refuta o conteúdo expresso em (iii).

E por último, segue o terceiro tipo de negação.

- Negação metalinguística: neste caso, a carga semântica incide sobre o próprio enunciado. Para ilustrar esse tipo de negação recorre-se ao exemplo de Neves (2000).

iv. Pedro é lelé, mas não tanto.

Além desses três tipos de negação fundados por Ducrot (1987), em recente obra denominada Gramática do Português Brasileiro, Castilho (2010) recorre às contribuições de Moraes de Castilho (2005) e aborda, pelo veio sintático, outro tipo de negação, denominada de “negação redobrada”. Adicione-se que, “A redundância de partículas negativas, ao contrário do latim, [cuja negação conjunta, uma anularia a outra, vindo à tona um processo afirmativo] reforça o caráter da negação.” (GOMES, 1979, p. 184).

Assim, Castilho (Op. cit., p.323-324) apresenta três estruturas de negação redobrada, as quais serão reproduzidas, com algumas adaptações, seguidas de seus respectivos exemplos.

1. Não + advérbios e pronomes negativos (nada, nenhum, ninguém)

- O menino **não**<sup>8</sup> estudou **não** na sala.
- O menino **não** estudou **nada** na sala.
- **Não** vi **ninguém** hoje.

2. Não + verbo + sintagma nominal

- **Não** vi **coisa igual** na minha vida
- **Não** moveu **um dedo** em minha defesa.
- **Não** tinha **uma alma** naquela rua.
- Apanhado com a boca na botija, o bandido **não** deu **um pio**, não fez o menor esforço par defender-se.

3. Redobramento por expressões comuns nas gírias

---

<sup>8</sup> Esses grifos são de Castilho (2010).

- O menino estudou **uma ova**.
- O menino estudou **bulhufas**.
- O menino estudou **merda nenhuma**.

Para esta última estrutura é interessante perceber que, “Com aparência de asseverativas afirmativas, essas sentenças negam com veemência a proposição, o que [possivelmente] explica o surgimento do palavrão.” (CASTILHO, 2010, p. 324). Além de possibilitar o desaparecimento da partícula “não”, de acordo com este mesmo autor.

Por seu turno, Filho (1971) aborda a negação, também, pelo viés sintático, denominado-a de “negação pleonástica”, e assim posiciona-se: “É intolerável a negação pleonástica, redundante; mas todas as vezes que a palavra negativa ocorre depois do verbo, é preciso que haja antecipação [de partícula negativa].” (FILHO, Op. cit., p.154). Seus exemplos ilustram e explicam melhor o ponto de vista adotado.

- O homem que ninguém não viu
- Não vi ninguém

Com as sentenças supracitadas, para finalizar, Filho (1971) admite que o pronome ninguém, quando anteposto ao verbo, autoriza a ausência da partícula “não”. Porém, o mesmo não se dá quando o referido pronome aparece posposto ao verbo – isto é, a partícula “não” permanece na sentença.

Um último pronunciamento passível de inferir outro tipo de negação diz respeito ao que postula Ilari (2004, p.118).

Uma forma de negação particularmente forte é aquela que, ao excluir a verdade de uma asserção, diz que ela é falsa não só em nosso mundo, mas também em todos os tempos e em todos os mundos, inclusive nos mundos em que acontecem até as coisas mais improváveis. Para realizar esse tipo de afirmação, a língua dispõe de fórmulas como:

Nem no dia de São Nunca.  
 Nem por todo o ouro do mundo.  
 Nem no tempo em que se amarrava cachorro com língua.  
 Nem aqui nem na China.  
 Nem no céu com São Pedro ajudando.  
 Nem que a vaca tussa.

Conforme o postulado acima existe um tipo de negação forte e, se, existe tal configuração, é possível suscitar outro – a negação fraca. Note-se, ainda, que o operador proposto por Ilari (Op. cit.) é eminentemente o “nem”, que possui dupla função nos enunciados acima, isto é, operador de negação e argumentação, conforme já discutido anteriormente.

Finalizando, está-se diante de sete tipos de configurações linguístico-negativas, as três primeiras com comportamentos distintos. As duas seguintes, considerando os exemplos ilustrados, muito semelhantes em alguns pontos, sobretudo na primeira estrutura apresentada: Não + advérbios e pronomes negativos. Já estas duas últimas, remetem-se a valores de verdade de uma asserção. Enfim, segue quadro-síntese.

<b>Tipos de Negação</b>						
Descritiva	Polêmica	Metalinguística	Redobrada	Pleonástica	Forte	Fraca

#### **2.4. A negação à luz da tradição**

Ao cotejar a Gramática Moderna de Cunha (1970), verifica-se uma relativa inovação quando do tratamento concernente ao fenômeno linguístico da negação, na seção dedicada aos pronomes indefinidos. Ao explaná-los, informa, no tópico “valores de alguns indefinidos”, que o pronome “algum”, quando posposto a um substantivo, assume, na língua atual, significação negativa, mais forte do que a expressa por “nenhum”. Porém, diz que a assunção do valor negativo exercido por tais pronomes só é possível em contextos nos quais já existam expressões que contenham carga semântica negativa. E, para ilustrar seu ponto de vista, exemplifica:

“Não conheço ninguém nem obra alguma da literatura universal que fizesse o que você fez”. (A. AMOROSO LIMA)

Seria muito prematuro contestar ou validar os apontamentos feitos por Cunha (Op. cit.) sem antes verificar outras ocorrências do referido pronome em outros contextos, pois é necessário muita cautela e discernimento para não sucumbir precipitadamente ao anseio de querer adotar posturas radicais revestidas de entusiasmo e sem o mínimo de reflexão. Entretanto, não é necessário discorrer enfadonhamente para que se coloque em xeque o fato

de que o valor negativo do pronome “nenhum” só emerge em contextos em que se apresentem expressões negativas, e, para comprovar isso, leia-se o excerto abaixo.

Nenhuma criança nasce com uma arma na mão. (Jornal da Paraíba, Vida e Arte, 18/02/07, p.3).

Percebe-se, na sentença acima, nitidamente, que inexiste outra expressão que denote carga semântica negativa que não seja o próprio pronome “nenhum”, na sua forma flexionada – “nenhuma”. Ou seja, cai por terra o posicionamento assegurado por Cunha (Op. cit.). Para que sejam dirimidas quaisquer dúvidas quanto a essa tomada de decisão, recorre-se à seguinte paráfrase, básica, diga-se de passagem:

- Uma criança não nasce com uma arma na mão.

Ainda com Cunha (Op. cit.), no espaço conferido aos advérbios, o autor inclui o “não” na classe dos advérbios de negação, e, mais a frente, quando evoca as locuções adverbiais, fornece três formas de processar a negação, a saber: de forma alguma, e de modo algum.

Luft (1973), por seu turno, comparado a Cunha (Op. cit.), é mais minudente ao tratar o fenômeno da negação, assim, define-a como um “processo linguístico que consiste em exprimir o contrário de uma palavra, locução ou frase afirmativa” (p.131). Porém, pode se perguntar: será que, quando se profere uma sentença afirmativa, ao procedê-la mediante a inclusão de uma partícula negativa, não se está afirmando-a com uma negação no nível da enunciação? É muito tênue o limite que separa os vários tipos de frase, e esse não é o momento de elucidar a questão nem procurar fechar o assunto com defesas apressadas, apenas está-se minando o terreno para futuras discussões.

Dando continuidade à sua tessitura teórica, Luft (Op. cit.) faz remissão à ênfase negativa, e, com isso, exemplifica: “Pedro não trabalha não”. Em seguida, traz duas contribuições conceituais ao atribuir ao “não” o status de frase- negação e frase- resposta, constituindo-se, dessa forma, isoladamente, numa frase elíptica.

Na mesma esteira teórica de Cunha (1970), Luft (Op.cit.) menciona também o pronome indefinido “nenhum” como um item linguístico que promove a manifestação da negação; cita os pronomes “ninguém” e “nada” como expressões típicas da operação de negação que exerce a função de negar, e, quanto aos advérbios de negação, informa dois deles: “nunca” e “jamais”.

Apesar de não ter sido citado, tanto Cunha (Op. cit.) quanto Luft (Op. cit) abordam, em suas obras, os prefixos de negação, por exemplo: in- (infeliz), a- (atípico), des- (desestimulado) etc.

Parte-se agora ao exame do objeto de estudo aqui contemplando na obra de Bechara (2006). Concernente ao pronome “algum”, o referido autor tece as seguintes considerações:

Posposto ao nome, assume significação negativa, podendo ser substituído pelo indefinido negativo *nenhum*: Resultado *algum* saiu do inquérito. Ocorre com maior frequência este emprego em frases onde já existem expressões negativas (*não, nada, sem, nem*), em interrogações oratórias ou depois do substantivo precedido da preposição *sem*: Era uma pessoa *sem* escrúpulo *algum*. (p.193, grifos do autor)

Confrontando o postulado de Cunha (1970) com o que prega Bechara (2006), no tocante ao pronome “algum”, ambos concordam que, quando esse item lexical está posposto ao substantivo, adquire carga semântico-negativa. Porém, Cunha (Op. cit.) parece não admitir a substituição de “algum” por “nenhum”, assim como faz o segundo autor. Já quando tratam da ocorrência do indefinido “algum”, em contextos onde já existam expressões negativas, Bechara (Op. cit.) relativiza, explicitando que tal contexto favorece o emprego do “algum”, mas não fecha discussão, assim como faz Cunha (Op. cit.), que restringe o uso do pronome em questão.

Relativamente ao pronome “nenhum”, Bechara (Op. cit.) presta dois esclarecimentos: primeiro, informa que, quando da utilização do pronome em questão em sentenças onde já haja o elemento linguístico “não”, aquele funciona como reforço, podendo-se operar a permuta pelo indefinido algum. E prossegue, “Sem ênfase, *nenhum* vem geralmente anteposto ao substantivo; havendo desejo de avivar a negação, o indefinido aparece posposto.” (BECHARA, Op.cit, p.196, grifos do autor.)

Encerrada a sua discussão acerca do item lexical “nenhum”, Bechara (2006) recorre à comparação para esclarecer que “nenhum” generaliza a negação, enquanto “nem um” se refere à unidade. E com dois exemplos ilustra: “Não tenho nenhum livro/ Não tenho nem um livro, quanto mais dois.” (p.196). Talvez, levando em consideração uma possível motivação fonética, quando do uso dessas expressões linguísticas em ambientes em que se solicite a representação gráfica (em textos escritos), o usuário-escritor da língua materna incorra no erro em selecionar uma ou outra representação, o que desemboca numa visão mais perceptível de enxergar a manifestação do fenômeno. Porém, pelo que pode ser inferido, na língua falada, não há problemas quanto à constatação do adequado uso de ambas as expressões. Além disso, o contexto do exemplo no qual ocorre o “nem um” fornece subsídios para extinção da dúvida,

que, como se pode constatar, a expressão “quanto mais” + o numeral “dois”, promove essa clarividência linguística.

Detendo-se ao advérbio, Bechara (Op. cit.) sinaliza, conforme foi detectado, as seguintes ramificações da negação, que entram na esfera daquela classe de palavra, expondo a locução adverbial “de nenhum modo”; a clássica partícula negativa “não”; problematiza, ao afirmar que o “não”, quando constituído em enunciados que se caracterizam como respostas, não pertence à classe dos advérbios – são antes, substitutos de orações (pro-orações ou pro-textos). E desta forma, exemplifica: “Ela fez os exercícios? – *Não*. (p.292, grifo do autor). Essa forma de perceber o “não”, enquanto substituto de uma oração, assemelha-se à concepção de Luft (1973) quando aborda o “não” como frase-negação e frase-resposta, pelo que se pode verificar.

Nos três autores arrolados, Cunha (1970), Luft (1973) e Bechara (2006), encontra-se a partícula “nem” como equivalente ao conjunto “e não”, isso quando tratam da conjunção.

Bechara (Op. cit.), assim como fizeram os outros dois autores, aborda os prefixos de negação em sua obra.

Só um detalhe para que se conclua a abordagem de base tradicional: Luft (Op. cit.) ao abordar a negação, engloba quase todos os aspetos em um único tópico – salvo a preposição “sem”, que não faz remissão em termos de ela funcionar como item que promova a negação –, enquanto Cunha (1970) bem como Bechara (Op. cit.) trazem as manifestações da negação em seções diferentes.

Após essa exposição da percepção que cada autor tem sobre o tema aqui tratado, percebe-se que há convergências e divergências ao teorizar acerca da negação, mas acredita-se que nenhum dos posicionamentos exclui um outro, e, se foi feito confronto entre eles, foi apenas com o intuito de checar quais diferenças existentes entre as três linhas selecionadas, e não por partidarismo.

## **2.5. O gênero charge: origem, história e especificidades**

Antes de se discutir a natureza do gênero charge, faz-se necessário responder à seguinte pergunta: o que é gênero textual ou do discurso? Para, em seguida, traçar-se um

panorama do referido gênero, ressaltando suas especificidades desde sua origem, passando por sua história, bem como definindo o modo de ler que esse tipo<sup>9</sup> de texto autoriza.

Na clássica obra “Estética da criação verbal”, é enfatizado que, “Evidentemente, cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seu *tipos relativamente estáveis* de enunciados, os quais denominamos *gêneros do discurso*.” (BAKHTIN, 2003, p.262, grifos do autor).

Isto é, por mais livre que possa parecer, a utilização da língua, para participação de um evento comunicativo, está subordinada aos gêneros, que determinam o que deve ser dito e como deve ser dito. Ademais, parte-se “[...] do pressuposto básico de que é impossível se comunicar verbalmente a não ser por algum *gênero*, assim como é impossível se comunicar verbalmente a não ser por algum *texto*. [Ou seja], [...] a comunicação verbal só é possível por algum *gênero textual*.” (MARCUSHI, 2007, p. 22, grifos do autor).

Enquanto gênero textual, a charge está inserida num macro gênero – a história em quadrinho (HQ) –, conforme pontua Mendonça (2007). Além disso, segundo Nascimento (2010, p.73), “A charge é um gênero do universo jornalístico marcado pela multimodalidade<sup>10</sup> e pela opinião explícita. A modalidade nesse gênero se dá pela combinação da imagem com o texto verbal [...]”. Acrescente-se, ainda, dentro dessa especificidade da charge, que ela “[...] veicula um tipo de discurso humorístico e, conseqüentemente, é um discurso crítico, principalmente quando apresenta como alvo fatos políticos.” (ESPINDOLA apud NASCIMENTO, 2010, p.74).

Quanto à origem do termo charge, Pimenta (2008) informa que vem do francês, grafado charger, cujo significado é carregar, exagerar. E essa significação faz todo sentido, haja vista, quando se pensa na carga multimodal e de especificidades que o gênero charge apresenta, carregado de humor, críticas exageradas, com espaço reservado nas páginas impressas dos jornais do Brasil e do mundo; chama a atenção de qualquer leitor, sob pena de convidá-lo não só à reflexão, mas também ao seu aspecto lúdico de ser, numa combinação dual entre o verbal e não-verbal.

Do ponto de vista histórico da charge, considerando as primeiras publicações no Brasil, pode-se dizer que

<sup>9</sup> O termo “tipo” não está sendo utilizado no sentido das tipologias textuais. Diz respeito, sobretudo, ao texto considerado, por exemplo, como escrito, imagético, oral, ou, ainda, sincrético, concatenando várias nuances em um único gênero textual.

<sup>10</sup> Para defender a ideia de multimodalidade, Dionísio (2006, p.133) argumenta que “[...] os gêneros textuais falados e escritos são [...] multimodais porque, quando falamos ou escrevemos um texto, estamos usando no mínimo dois modos de representação: palavras e gestos, palavras e entonações, palavras e imagens, palavras e tipografias, palavras e sorrisos, palavras e animações etc.” E a charge se insere nessa caracterização.

A primeira charge veiculada em nosso país foi litografada por Victor Larée, quase 30 anos depois, em 1837, a partir de um desenho de Araújo Porto- Alegre. A partir desse momento, a charge passa a fazer parte do jornal impresso que precisou se diversificar e dinamizar para atender as necessidades de urgência e variedade da informação nas grandes cidades. (LAGO apud GRUDZINSKI, s/d, p.2).

Considerando as características da charge, aqui delineadas, que tipo de texto é esse que se insere no universo jornalístico desde quase meados do século XIX?

Assim, grosso modo, o gênero sobre o qual se debruça, pode ser classificado como um texto semiótico, complexo, inclusive, com uma teoria pertinente ao seu estudo, conforme reflete Barros (2008, p.8):

A semiótica sabe da necessidade de uma teoria geral do texto e reconhece suas dificuldades. Por isso mesmo, na esteira de L.Hjelmslev, propõe, como primeiro passo para a análise, que se faça abstração das diferentes manifestações – visuais, gestuais, verbais ou sincréticas – e que se examine apenas seu plano do conteúdo [...].

Portanto, além dessas habilidades leitoras que requer o texto semiótico, e a charge está incluída neste rol classificatório, seguir-se-á, quando da análise dos dados, a fidelidade quanto à leitura desse gênero, seguindo, com as devidas adaptações, a orientação que é proposta nas linhas acima, considerando o plano do conteúdo, e suas diferentes manifestações inerentes ao gênero em pauta.

Enfim, vale ressaltar, ainda, que “A semiótica tem por objetivo o texto, ou melhor, procura descrever e explicar *o que o texto diz e como ele faz para dizer o que diz*”. (BARROS, 2008, p.8, grifos da autora). E neste dizer, cabe ressaltar, que formas multimodais ampliam a complexidade comunicativa, uma vez que são utilizados, na charge, múltiplos signos, a saber: o visual, o gestual, o verbal, o não-verbal, dentre outros.

### 3. METODOLOGIA

Pretende-se aqui, apresentar a metodologia adotada para obtenção dos resultados que figurarão ao final da análise dos dados, que serão apresentados no próximo capítulo.

O *corpus* de análise desta pesquisa se constitui de dez charges jornalísticas de autoria do chargista Lila, circuladas diariamente no estado paraibano, no caderno Opinião do Jornal da Paraíba, tendo sido coletadas no período compreendido de 24 de agosto de 2011 a 29 de setembro de 2011.

Levando em consideração os objetivos pretendidos neste trabalho, que é verificar, em charges jornalísticas, quais itens linguísticos são responsáveis por materializar a negação e, dentre eles, qual item é priorizado na elaboração desse gênero textual, bem como observar quais os tipos de negação que nele predominam, neste momento, pelo menos duas abordagens vêm à baila concernentes aos tipos de pesquisa, a saber: a qualitativa e a quantitativa.

Cabe ressaltar que o trajeto percorrido partiu primeiramente da análise interpretativa dos dados em si, isto é, procedeu-se à investigação dos objetos (das charges) sem haver quaisquer manipulações, uma vez que, realizada essa análise qualitativa, lançou-se mão da quantificação, inserindo os dados em planilhas e tabulando-os, para verificar, de fato, quais foram os itens que operaram a negação e quais os tipos de negação predominaram nas charges examinadas. . Em suma, fez-se a análise quantitativa após a qualitativa.

Para fins didáticos, a distribuição do *corpus* de análise segue a seguinte sequência: num primeiro momento apresentam-se as charges que representam a negação do tipo metalinguística (é nesta que se constata a marca implícita da negação no nível da enunciação, ou seja, não marcada, ausente de elementos que operam a negação); em seguida as do tipo polêmica; e, por fim, analisam-se as charges que contêm as negações descritivas. Nesses dois últimos tipos de negação as marcas são explícitas, isto é, os elementos que operam a negação nos textos representados nas charges são marcados, ora com a partícula “não”, ora com o “nem”, dentre outros itens linguísticos usados para esse fim.

Adverte-se, ainda, que esta divisão, em três blocos de categoria, a título de facilitar a leitura da análise, não prescinde a investigação de outros fenômenos típicos da negação que porventura possam aparecer, a saber: o escopo da negação, a pressuposição, dentre outros manifestados no *corpus* da análise.

## 4. MARCAS EXPLÍCITAS E IMPLÍCITAS DO FENÔMENO LINGUÍSTICO DA NEGAÇÃO

### 4.1. Análise qualitativa

Conforme enunciado na metodologia, esta análise se divide em três blocos referentes às três categorias estabelecidas, a fim de facilitar a leitura, e, conseqüentemente, a análise. Segue a primeira categoria.

#### a) Negação Metalinguística

As charges I e II, a seguir, ilustram os casos em que ocorrem de negação metalinguística.

#### Charge I



(Fonte: Jornal da Paraíba, Opinião, 30/08/11, p.6)

À primeira vista, lançando-se mão de uma análise menos detida da charge acima – crítica ao Sistema Único de Saúde –, percebe-se uma total ausência de marcas linguísticas que instaurem o fenômeno linguístico da negação no diálogo entre esses dois enunciadore, seja na fala da mulher, ou na fala do homem.

Assim, a mulher, suposta esposa, expressa sua satisfação (satisfação que é nítida nos traços faciais desta mulher, de olhos bem abertos e sorriso entusiasmado, segurando um papel que possivelmente é um controle de acompanhamento pessoal do exame), pressupondo exclamativamente que seu suposto esposo teria conseguido atendimento no Sistema Único de Saúde, após uma espera que durou uma semana e, em seguida, indaga-o a respeito do resultado do exame.

Já na fala do homem, tem-se a informação de que o exame fora adiando por mais uma semana (essa resposta exala todo um ar de tristeza, o aspecto facial deste enunciador denuncia esse sentimento que, diferente da mulher, nele, os olhos estão pesados, envoltos pela melancolia provocada pela má notícia obtida e, ao mesmo tempo, em que revela um sentimento de revolta velada). A própria resposta do homem, em consonância com sua afeição bucal parecem transparecer que seu discurso foi proferido em tom descendente – começa-se num tom de voz já baixo e, progressivamente reduz-se mais ainda. E, por último, o documento que este homem porta, não parece, para ele, ser tão atrativo. A notícia não foi das melhores.

Feita essa contextualização da charge, resta saber: há manifestação da negação nesta cena enunciativa?

A sutileza da linguagem, por vezes, escapa aos olhos, mas não à mente, e, nessa configuração, numa análise mais precisa, detecta-se a presença da negação, não marcada linguisticamente, mas apreendida no enlace enunciativo.

Note-se que, o que se faz é uma pergunta sobre um atendimento e, a resposta a essa pergunta é uma negação, que só se faz perceptível no nível da enunciação; a utilização do recurso da pontuação – as reticências enquanto substituta da expressão “não houve” –, parece ‘driblar’ a visualidade da representação da negação, que apesar de tênue, é possível ser reconhecida. Além disso, a negação apresenta-se “[...] em enunciados que não apresentam elementos formais de negação, funcionando, no entanto, como enunciados de sentido negativo, relativamente ao contexto em que são proferidos e ao discurso que imediatamente os antecede [...]”. (MATEUS et alii, 1983, p. 154).

Ademais, por outro lado, essa negação não graficamente inscrita pode ser classificada como uma negação metalinguística, “[...] que contradiz os próprios termos de uma fala efetiva à qual se opõe.” (DUCROT, 1987, p.203)

E, para finalizar: se se pergunta o que se acusou num dado exame, e a resposta é que ficou para semana que vem, então, infere-se que não houve exame qualquer – nega-se a realização deste procedimento médico, que é, por outro lado, o escopo da negação.

## Charge II



(Fonte: Jornal da Paraíba, Opinião, 24/08/11, p.6)

Típica de algumas pessoas em geral é a ojeriza ante aos fatos que circulam diariamente nos noticiários de todo o país. A charge acima é simbólica nesse sentido, pois apresenta uma cena que invariavelmente ocorre nas residências das famílias brasileiras.

O indivíduo da direita, sentado no sofá, parece se espantar com o que se apresenta aos seus olhos, notícias nada agradáveis, fato inferível diante do seu comentário e sua expressão de indignação (o aspecto facial, principalmente a boca e olhos são reveladores desse sentimento), enquanto o indivíduo da esquerda parece estar indiferente à informação a que acaba de ter acesso ou, presente a chegada de outra pessoa na residência em questão – a do bandido.

Ao dizer que não aguenta mais ver violência na televisão, há todo um tom de ironia revelada na charge acima, que pode ser interpretado enquanto crítica ao que se apresentam comumente nos noticiários locais e nacionais.

Na primeira fala, a do homem que está sentado à direita do que não emite juízo algum, a partícula “não” é portadora de sentido negativo e pode ter como escopo o próprio sujeito actante da oração, “eu”, levando-se em consideração o contexto e a interpretação do bandido que arromba a residência na qual estão os dois sujeitos em frente ao aparelho de televisão.

A percepção do que se revela de imediato quanto à partícula que instaura a negação no primeiro enunciado é clara, está marcada pelo “não”. Porém, pergunta-se, há outro item que manifeste o fenômeno linguístico da negação?

Note-se que, ao concordar com a assertiva do indivíduo que está a assistir televisão, o bandido não só concorda, mas também retoma uma negação, isto é, há um conteúdo pressuposto no enunciado do bandido, retomado pelo advérbio “também”. E este traz de volta a ideia central que inclui a partícula de negação “não”. “Também”, nesse caso, quer dizer que não aguenta ver mais violência pela televisão. Adicionado a isso, o bandido diz: “... EU TAMBÉM PREFIRO AO VIVO.” Neste caso, como a negação está afetando apenas os próprios conteúdos enunciados, em termos de classificação, ela pode ser do tipo metalinguística.

### b) Negação Polêmica

As próximas cinco charges, III, IV, V, VI, VII, a seguir, ilustram os casos de negação do tipo polêmica.

#### Charge III



(Fonte: Jornal da Paraíba, Opinião, 02/09/11, p.6)

De início, o espaço representado na charge em análise é uma cadeia. As grades do lado esquerdo, as paredes riscadas e a vestimenta (representativa do imaginário coletivo) dos indivíduos asseguram que é esse o ambiente.

O indivíduo da esquerda, suposto recém-chegado ao cárcere (considerando seu aspecto facial, sua bagagem e seu enunciado), enuncia afirmativamente: “DIZEM QUE OS

APENADOS BRASILEIROS, VIVEM OCIOSOS...”; ao passo que seu interlocutor responde: “... QUE NADA! O TEMPO AQUI É PRODUTIVO. SÓ ESSE MÊS EU JÁ PLANEJEI 2 SEQUESTROS, 5 ASSALTOS E 10 FUGAS.

Percebe-se que, enquanto manifestação da negação, o item linguístico que traz à tona essa noção é a expressão “que nada” em que a partícula “que” denota certa carga de expressividade e reforço à negação, presente no enunciado do presidiário da direita, cuja expressão facial é de satisfação, ao externar todas as ações criminosas planejadas dentro de um único mês, denotando, ainda, em seu riso sarcástico, um grau considerável de ironia – acrescente-se que subjaz toda uma crítica encaminhada à instituição penitenciária que permite aos presos certas aberturas, a exemplo da entrada de aparelhos celulares que, possivelmente é o instrumento utilizado para arquitetar os referidos planejamentos de crimes.

Mas, como funciona a expressão que providencia a negação nesse contexto? Trata-se, conforme pode-se constatar, de uma refutação, isto é, o enunciado do apenado da direita refuta o enunciado do supostamente recém-chegado à casa de detenção, o indivíduo da esquerda.

E mais, ao ser representado esse tipo de negação, assiste-se a uma representação de negação chamada de polêmica, que, como ensina Ducrot (1987), consiste em refutar o que outro disse ou, o que se pensou que um dado interlocutor disse.

#### Charge IV



(Fonte: Jornal da Paraíba, Opinião, 25/08/11, p.6)

Menor enunciado, comparado aos demais analisados até o momento, mas nem por isso menos expressivo, é o da charge acima, no qual não se fazem necessários muitos rodeios para se perceber que a partícula que providencia a negação é o “não”.

O enunciado “O CRIME NÃO COMPENSA!”, sugere pelo menos duas interpretações, do ponto de vista semântico, com foco na noção de escopo: a primeira em que a negação recai sobre o sintagma nominal “o crime”; a segunda em que o escopo seria o verbo na forma finita.

Noutros termos, a partícula de negação presente no enunciado da charge acima dá margem a mais de uma interpretação, é, portanto ambíguo, ambiguidade que pode ser desfeita se se considerar a configuração imagético-pragmática, que parece elucidar, ou pelo menos atenuar o grau de dificuldade para postular o que realmente se nega nesse enunciado, e se não sana todos os problemas advindos da colocação dessa partícula entre o nome e verbo, gratuitamente possibilita uma possível interpretação menos lacunar e que, levando em consideração esse encaminhamento, consegue precisar o escopo da negação.

Verifica-se que o homem – suposto político –, além de portar uma sacola cheia de dinheiro – de acordo com símbolo \$ (cifrão) na sacola e nas cédulas –, segura em sua mão esquerda um lápis. O indivíduo demonstra satisfação, já que supostamente cometeu um crime e não pagou por ele. Tanto é assim, que ao se deparar com um enunciado oposto à sua prática – efetuar crimes –, faz uso de um lápis e imediatamente anula a partícula “não”, para assegurar que o crime compensa sim. Seu sorriso é representativo e transbordante de satisfação, concretizando seu ato criminoso saiu impune e monetariamente satisfeito.

Num primeiro momento parece residir no objeto de análise acima, apenas um enunciado. Porém, considerando uma possível interpretação, verifica-se que, a partir do um primeiro enunciado que comporta a partícula de negação “não”, deriva-se outro. Ou seja, enquanto existe uma afirmação de que o crime não compensa, concomitantemente instaura-se um ponto de vista contrário a esta assertiva – o crime compensa –, e, sendo assim, a classificação repousa sobre a negação polêmica, como ensina Ducrot (1987).

Finalizando e adotando uma posição quanto ao que seja o escopo da negação, semanticamente, sem sobra de dúvidas, admitem-se duas interpretações, elegendo o escopo da negação como ambíguo, porém, pelas considerações que foram feitas pelo viés pragmático, o escopo é o sintagma nominal “o crime”. Além disso, não se pode esquecer que, “A significação que independe de contexto é colocada no campo da semântica, e a significação contextualmente dependente é colocada no campo da pragmática.” (MOURA, 2006, p.66).

Charge <sup>11</sup>

(Fonte: Jornal da Paraíba, Opinião, 29/09)

Para proceder ao exame da charge acima, observa-se que, na fala do indivíduo da esquerda, cujo ofício (de acordo com a imagem do palácio do plano central em segundo plano), há um tom de satisfação, quando se refere à hipótese exclamativamente marcada, de CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira), com a alegação de que sob o pronome inclui-se toda a classe privilegiada. Além disso, há toda configuração imagética (face demonstrando alegria) como que a espera de algo bom percebe-se, que melhor, pois as medidas (cifras) e a evidência que gozam de boas condições financeiras) que o autor esboça, coadunado com seu respectivo enunciado.

Em contraponto ao enunciado comentado, o indivíduo também político desponta com ar de advertência, DEIXA DE FALAR BESTEIRA, fundamentando que, com o fim do referido imposto, fica impossível de se obter recursos financeiros para a saúde. Além disso, a representação de seus personagens em seu conjunto expressões corporais, nuances imagéticas que estão com seu enunciado, seja, mãos postas na cintura, externando insatisfação com um aspecto imagético facial.

<sup>11</sup> Apesar de esta charge conter dois tipos de linguagem descritiva, para não tornar enfadonha e repetitiva, será omitida a descrição das mesmas. Porém, quando da análise qualitativa, suas particularidades serão contempladas.

Direcionando o foco de aten<sup>ção</sup> para o fenômeno analisado, no enunciado do político da esquerda, a negação da report<sup>agem</sup> cula de nega<sup>ção</sup>. Para o segundo enunciado, individualmente, o qual emana a nega<sup>ção</sup> a preposi<sup>ção</sup> sem .

No primeiro enunciado, em termos classificatórios, o que é proferido BOM QUE N<sup>ÃO</sup> HAJA CPMF! , abrindo espaço para esse tipo de nega<sup>ção</sup> com descritiva. Já no segundo enunciado, dito isto, as primeiras palavras refuta<sup>ção</sup> com rela<sup>ção</sup> ao que fora proferido pela queda através da sentença abertura DEIXA DE FALAR BESTEIRA! , podendo ser usada por N<sup>ÃO</sup> fala besteira , e, assim sendo, o verbo *deixar* + *de* transmite a ideia de nega<sup>ção</sup> podendo ser classificada como uma nega<sup>ção</sup> polêmica.

Enfim, dessa construção da negativa *deixar de* por mais uma manifesta<sup>ção</sup> do fenômeno. Trata-se do uso de *de* pelo enunciado que vem articulando, encabeça uma argumenta<sup>ção</sup> no sentido de CPMF os políticos financeiros impossibilitados de cometer tal corrup<sup>ção</sup>.

#### Charge VI

ara ba (Fórum de 16/09/11, p.6)

Ao fundo, imagem do Planalto Central em Brasília, operários passam nas proximidades do prédio público. A escuteira (verifica-se que a vesti

dos dois participantes do evento comunicativo de um perErios) afirma, com desd0m, que todos que adentram na referida esfera envolvendo em atos il ci

Em seguida, depois de enumerar os poss0veis eventos pol ticos podem envolver, utiliza-se da interroga 0levada a efeito a tese de que a mE p administrativa por parte dos que compoem a elite da convivEncia pessoas que supostamente entram com inclina0o para fazer pol tica, e politicagem, e, em decorrEncia de mE submiss0es, posturas e fazem uso mE conduta pol tico-administrativa.

JÆ o segundo homem, trabalhador da direita, com certa indigna 0o, fazer uso da part cula negativa na para utillizar o termo tradicional conhecido, nega. Para este homem, trata-se de uma mE de convivEncia.

Desse modo, o trabalhador da direita do ato linguistico nada , ne quadro hipotetizado pelo enunciador da esquerda.

Assim, em termos de classifica 0o da nega 0o, aE-se diante de u nega 0o ducrotiana do tipo polEmica.

Por fim, 0 interessante perceber o p0o de papel do chargista no jog lingu stico entre os dois interlocutores, aE-se a convivEncia ver conveniEncia , itens desencadeadores para a configura 0o lingu stico-negat

## Charge VII

(Fonte: Jornal da Par0iba, 09/08/2010)

O contexto conversacional da charge acima tem como satisfat rio. Pode-se acrescentar, e principalmente completo desrespeito

parte dos condutores de veículos ~~tráfego, que podem~~ a elas, mas legisla<sup>ção</sup> de trânsito.

De início, o homem da esquerda questiona, ~~de um ponto~~, pelo que demonstra seu aspecto facial, se ~~seu interesse~~ atravessando a faixa de gaza passo que o enunciador da direita ~~vamente exclama~~ FAIXA DE GAZA COISA NENHUMA... A FAIXA DE PEDESTRE!!!

Verifica-se, no primeiro enunciado, ~~o estereótipo~~ de desgate histórico que se refere, também, a algo desencad<sup>ado</sup> (faixa de gaza). O interessante problemas que dizem respeito ao tr<sup>ansito</sup> ~~baseado~~ de igualdade do ponto de vista do pavor provocado na vida das ~~outras~~ pessoas, que, tanto evento comunicativo charge acima, foi trazida ~~em~~ tona a ~~questão~~ sobre se tem medo.

Direcionando-se agora para a ~~análise~~ do ~~enunciado~~ ~~em~~ ~~medida~~ ~~quanto~~ ~~ao~~ ~~at~~ ~~o~~ momento, percebe-se uma conflu<sup>ência</sup> ~~entre~~ ~~o~~ ~~enunciado~~ ~~do~~ ~~sujeito~~ ~~da~~ ~~direita~~ ~~em~~ ~~expressão~~ facial e gestual, apontando ~~para~~ ~~a~~ ~~faixa~~ fortalecer seu dizer ~~em~~ ~~se~~ ~~contentando~~ apenas com o dizer ~~em~~ ~~verbal~~ ~~em~~ ~~outros~~ ~~temos~~, além de ~~notar~~ que ~~o~~ ~~se~~ ~~trata~~ ~~de~~ ~~faixa~~ ~~de~~ ~~gaza~~ ~~que~~ ~~de~~ ~~essa~~ ~~classificação~~ ~~de~~ ~~polêmica~~, contrariar o dizer do interlocutor ~~da~~ ~~esquerda~~, elemento ~~coisa~~ ~~nenhuma~~ com o dedo indicador refor a sua argumenta<sup>ção</sup>.

c) Nega<sup>ção</sup> Descritiva

As charges VIII, IX e X ilustram os ~~casos~~ ~~de~~ ~~negação~~

### Charge VIII

Na charge acima, três indivíduos participam do ato, a saber, o policial militar (de esquerda para direita, na seguinte ordem: um policial militar com capacete como evidência comprobatória); um civil (cidadão comum) e um delegado, hierarquicamente acima do referido policial na estrutura militar.

Pode-se inferir da charge em análise uma suposta de fato, se destina à aplicação das penas institucionais, pois, ao se referir a um cidadão que vem requerer seus direitos e, no entanto, delegado de polícia, encaminhado para prisão, o interessante a perceber é a atuação das autoridades que não potencializam suas ações a quem são os bandidos).

Antes de adentrar, mais precisamente, em análises proferidas, com foco no fenômeno linguístico da negação, é necessário, enquanto a indicação enunciado do delegado está bem objetiva, a propósito, do enunciado e, em seguida, uma linha sinuosa que parte da expressão "O XADREZ apontando para quem o produziu, a linha derivada da expressão "ME SINTO MAIS SEGURO POR ONDE VOU!" elege o policial como o denunciado que, como se detecta contextualmente, não o é. Ou seja, a autoridade civil.

Feitas essas considerações, percebem-se pelas mesmas linguísticas reveladoras da negação. A primeira delas é o folclore, negação preferencialmente representada, no enunciado do cidadão, prefixo de negação in-, mais substantivo competência, resultando na formação competência, esta endereçada às autoridades. Inclusive, os derivados com o prefixo base, uma negação antonímica que pode apresentar características [n.º] (ALVES, 2002, p. competência/incompetência).

Na segunda representação da negação, o que vem à tona é a negação que oportunamente nega o estado no qual se encontra. Neste caso, está-se diante de um tipo de negação, pelo viés ducrotiano, não apenas descritiva, haja vista o enunciador se autodescreve negativamente, estado psicológico que o reduz ao sentimento de insegurança propiciada pelas atitudes policiais.

Por fim, dignas de nota são as expressões referenciadas: o policial denotando toda sua proeminente autoridade com o olhar, de olhos fitos e abertos e a postura determinada do delegado que para que leve o cidadão à cela; já o cidadão externando lamentação com o olhar; a arrogância entra em cena e na voz daquele que na arena discursiva por assim dizer, a autoridade máxima o delegado, que interpretando imediatamente como uma afronta (u

ironia) à instituição de segurança pública, ordena: “SOLDADO SEGRE-O E PREDA-O NO XADREZ!!!”.

### **Charge IX**

(Fonte: Jornal da Paraíba, Opinião, 26/08/11, p.6)

Para empreender a análise da charge em questão é necessário admitir, primeiramente, sua complexidade, haja vista a quantidade de enunciados e configurações imagéticas nela incrustados. Ao todo, os enunciados somam cinco: o emitido pelo aparelho de televisão; o do sujeito sentado na poltrona; e os dois últimos proferidos pelos sujeitos que estão de pé.

Do ponto de vista imagético, considere-se que pelo menos seis são essenciais e imprescindíveis de serem explorados: as expressões faciais dos cinco supostos bandidos, e a própria imagem da televisão que reverbera o enunciador desencadeador dos comentários posteriormente produzidos pelos três componentes participantes do evento comunicativo.

Insurge-se, primeiro, o enunciado produzido por um noticiador advindo do aparelho de televisão – inclusive imageticamente esse noticiador é supostamente representado (vide figura abaixo), direcionando uma crítica a representantes políticos.



Ao lado, com delimitação pontilhada, a imagem enunciativa representada é revelada quando posta em evidência, denotando seriedade ao apresentar a notícia e, concomitantemente instaurando um conteúdo pressuposto em seu enunciado: “... Mais políticos”, ou seja, outros mais já se envolveram em escândalos.

O segundo enunciado é manifestado pelo indivíduo que se encontra sentado na poltrona, em tom avaliativo, isto é, informa que o deputado sobre o qual o noticiário presta a informação é PhD em negócios fraudulentos. E é precisamente no enunciado deste falante que reside um operador que, além de providenciar a negação, transcende e conjuga outro valor semântico, o de argumentar.

Trata-se do operador argumentativo “nem”, que além de figurar enquanto item linguístico que opera a negação, ao mesmo tempo providencia a argumentação, e, aprofundando mais ainda a discussão sobre o referido operador, pode-se comprovar que, nesse contexto, outro fenômeno é explicitado – o da pressuposição. Essas considerações podem ser melhor esclarecidas com o recurso ilustrativo que se tornou clássico na tradição linguística.

O deputado é PhD em maracutaia (conclusão R)

p' A polícia nem desconfia.

p Outras pessoas não desconfiam.

Com o esquema acima representado visualizam-se três fenômenos: o da negação, o da argumentação e o da pressuposição. A marca linguística representada pelo “nem”, na sentença (p'), nega e argumenta que a polícia não desconfia do referido deputado. Além disso, não só argumenta e nega, mas também, pressupõe a sentença (p), isto é, outros não desconfiam do político, nem a polícia.

Recorde-se, ainda, que no dizer de Santos (1990) e Mateus et alii (1983) a incidência semântico-negativa do “nem” recai sobre o constituinte que lhe segue, e, no caso em questão, o escopo desta negação é o verbo “desconfiar”.

Admitindo-se mais uma noção classificatória para o fenômeno em pauta, pelo que se pode inferir, trata-se de um tipo de negação descritiva, isto é, descreve-se negativamente o ato de desconfiar – isto é, a polícia não desconfia do deputado.

Finalizando, excetuando o enunciador que porta uma arma de fogo e demonstra-se contrariado (vide seu aspecto facial), haja vista ter de admitir que os políticos possuam um melhor nível de profissionalismo no âmbito das organizações criminosas, os demais componentes não esboçam tal reflexão e parecem concordar com o sujeito que proferiu a sentença: “ESSE DEPUTADO É PHD NA MARACUTAIA E A POLÍCIA NEM DESCONFIA DELE.”

**Charge X**

(Fonte: Jornal da Paraíba, Opinião, 13/09/11, p.6)

O cenário retratado na charge acima é, sem dúvida, e infelizmente, típico de algumas cidades brasileiras. Neste quadro criado pelo chargista, especificamente, parece residir uma família de mendigos (a camisa do homem e o vestido da mulher, ambos rasgados, adicionado ao recipiente, instrumento peculiar de pedintes, evidenciam à que classe pertence esses sujeitos), cuja composição é constituída por dois cônjuges e um filho – chorando, ao que parece.

No semblante do casal é nítida a descrença acionada pela notícia à que teve acesso: ao fato de a presidente Dilma ter dito na televisão que a corrupção não se acaba. E isso é reforçado, quando o esposo compartilha da informação da esposa, ratificando que se trata de uma verdade o que fora anunciado na televisão.

Nos dois enunciados, tanto no da mulher, quanto no do homem, as partículas negativas se fazem presentes a partir da utilização do “não”. Resta saber o que eles estão negando nos referidos enunciados.

Analisando o primeiro enunciado, o da mulher, verifica-se que dele emerge um conteúdo pressuposto – inferência feita a partir do enunciado –, se a corrupção não se acaba, algo pode acabar menos a corrupção. E, tratando-se de pressuposição, há também outro conteúdo dessa mesma natureza no segundo enunciado, pois, quando se diz que dessa vez ela não está mentindo, pressupõe-se que ela já mentiu ou mente.

Já para o segundo elemento, levando em consideração o contexto do evento comunicativo, o que se nega é claramente o pronome “ela”, levando-se em consideração o

preenchimento do lugar 1 com o argumento “ela”. Com outras palavras, a incidência da carga semântico-negativa recai sobre o referido item – escopo da negação.

Finalizando, o tipo de negação que subjaz na charge em análise é a descritiva, pois, apenas descreve-se negativamente um dado evento ocorrido.

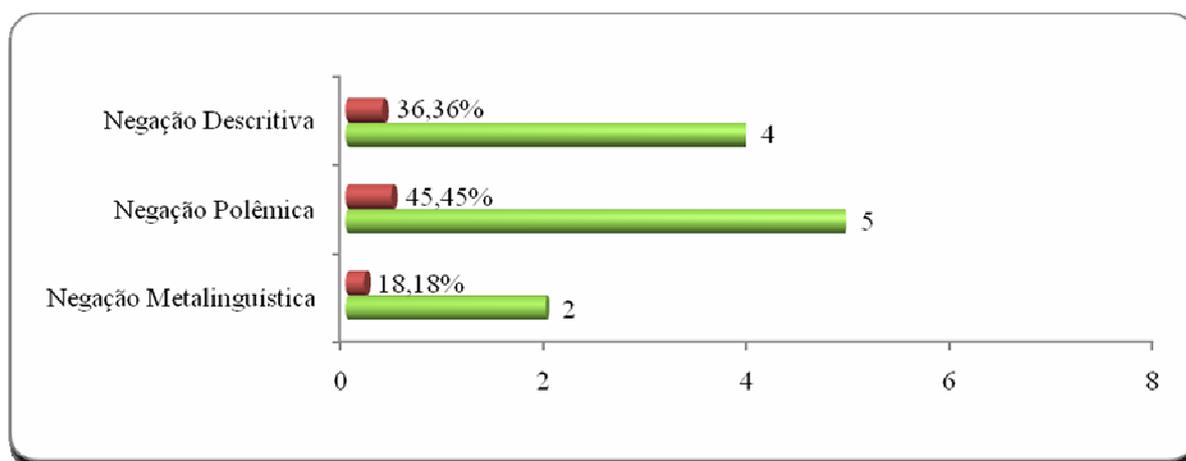
#### 4.2. Quantificando os dados e entendendo os aspectos qualitativos

Realizada a análise do *corpus*, lança-se mão da segunda abordagem de pesquisa aqui prenunciada no capítulo dedicado à metodologia: a quantitativa. Assim, logo abaixo, estão representados, graficamente, os tipos de negação as quais foram analisadas logo acima, bem como tecer-se-ão considerações sobre essas ocorrências.

Em seguida, outro gráfico representará os itens linguísticos priorizados para a concretização da operação de negação.

Por fim, chega-se à conclusão dos dados representados, por gráfico e tabela, para sustentar ou não o que se levantou enquanto hipótese.

**Gráfico I – Tipos de negação**



De acordo com a representação gráfica acima, nas dez charges analisadas houve o predomínio da negação polêmica, cuja explicação para utilização desse tipo de negação pode se sustentar, sobretudo pelas temáticas, eminentemente polêmicas pelo o que se constatou quando da análise realizada.

Em termos quantitativos, segue uma síntese na tabela a abaixo.

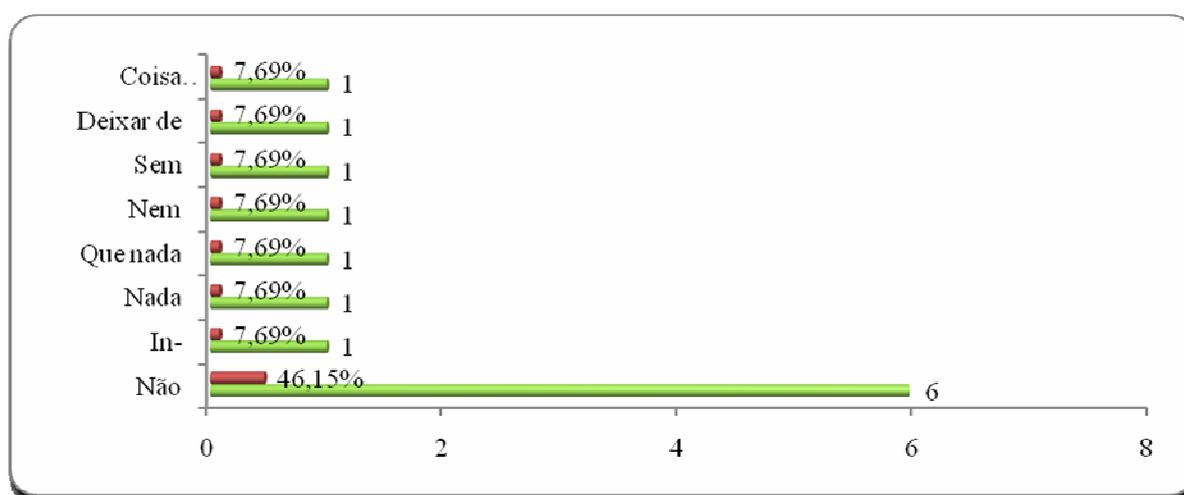
**Tabela I – Ocorrências quanto aos tipos de negação**

Tipos de Negação	Quantidade	Percentual
Negação Metalinguística	2	18,18%
Negação Polêmica	5	45,45%
Negação Descritiva	4	36,36%
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>100,00%</b>

Entendendo os dados da tabela acima, detectam-se apenas duas ocorrências de negação metalinguísticas, representando 18,18% do total constatado. Já para as ocorrências das negações do tipo polêmica, têm-se cinco, com uma representatividade percentual de 45,45%. E, por fim, a negação descritiva que contabiliza quatro ocorrências e percentualmente chega à cifra de 36,36%.

O gráfico II logo abaixo expõe o quantitativo dos itens que foram priorizados para se operar a negação.

**Gráfico II – Itens priorizados**



Diferente do gráfico I, no qual o tipo de negação descritiva aproxima-se da negação polêmica, em termos de quantidade, mas não percentualmente, o item priorizado “não” assume um lugar privilegiado em termos quantitativos no gráfico II. E mais, firmando-se como um item que por excelência exerce a função de negar, o que pode explicar o porquê da escolha da referida partícula dentro do sistema linguístico disponível para que os usuários utilizem.

Assim como se procedeu acima, segue tabela síntese dos itens priorizados nas construções negativas.

**Tabela II – Ocorrências quanto aos itens priorizados**

Itens	Qtde	Percentual
Não	6	46,15%
In-	1	7,69%
Nada	1	7,69%
Que nada	1	7,69%
Nem	1	7,69%
Sem	1	7,69%
Deixar de	1	7,69%
Coisa Nenhuma	1	7,69%
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>100,00%</b>

É notório na tabela acima, tanto em quantidade como percentualmente, o elevando número de negativas cujo item utilizado para processar a negação é o “não”. Com um total de seis ocorrências e, em termos percentuais **46,15%**. Nenhum dos demais itens chega sequer à metade desse número contabilizado para o item “não”.

Outro dado curioso na tabela em pauta é que, apesar do visível predomínio da partícula negativa “não”, outros itens foram representativos do fenômeno linguístico da negação o que pode suscitar a hipótese de que qualquer classe de palavra pode servir para operar a negação, e não, apenas o “não”, como comumente vem à mente dos menos atentos aos fenômenos da linguagem. Inclusive, em sua obra *Comunicação em Prosa Moderna*, Garcia (1992) escreve:

[...] a ideia de negação não precisa ser obrigatoriamente expressa pela partícula “não”; pode sê-lo por outras formas: um sujeito “ninguém”, “nada”, “nenhum”, um adjunto adverbial com preposição “sem”, palavras em que entrem prefixos negativos ou privativos (in-, des-) ou opositivos (contra-, anti-), verbos ou nomes que indiquem privação, cessação, oposição, impedimento, impossibilidade, ou ainda pela simples antinomia entre o verbo e oração principal e o da subordinada [...]. (p. 76)

Ou seja, por essas palavras acima delineadas, percebe-se que a operação de negação não se reduz à mera utilização da partícula “não”, marca-se a negativa por vias outras de elementos constitutivos da língua, ampliando o repertório linguístico dos usuários da língua e aprimorando ainda mais o elaborar das manifestações que estão no rol das operações negativas.

Finalizando, concernente ao escopo da negação constatou-se que, quando o elemento de negação é o “não”, quando se faz uso apenas de aporte teórico oriundo dos estudos de base semântica, reside a ambiguidade, mas quando se utiliza de um aporte pragmático, as dúvidas quanto ao que seja o escopo do referido elemento se esvaem. Além disso, ainda com a noção

de escopo, verificou-se que outros itens possuem escopos bem demarcados, acionados por partículas como o “nem”, por exemplo.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Num primeiro momento da pesquisa realizada e aqui explanada ao longo deste trabalho, fez-se um trajeto teórico que pudesse subsidiar a análise do *corpus*, sobre o qual se processou ao exame de dez charges jornalísticas. E acredita-se que esta base foi suficiente para sustentar as impressões empíricas lançadas nos objetos selecionados para consecução investigativa.

Viu-se ainda que “negar é humano”, e isso fica claro quando se observam os participantes das charges nos eventos comunicativos. Protagonistas que negam e estão inseridos em classes sociais as mais diversas, o que assegura ainda mais o ato de negar linguisticamente como um ato eminentemente humano, uma vez que, como se viu, sobretudo com sustentação teórica advinda de campos diversos do conhecimento, que os animais não são portadores de tal recurso – se comunicam? Sim! Como provou, contundentemente, Benveniste (2005), servindo-se da pesquisa do zoólogo ao qual se fez remissão quando da abordagem na fundamentação teórica, mas por meios outros.

No que diz respeito aos resultados obtidos, verificou-se que, após a análise de caráter qualitativo, em seguida lançou-se mão do recurso quantitativo, e foi com este que se observou, quantificando os dados em planilhas para elaboração de gráficos e tabelas, a predominância da negação do tipo polêmica que, como ficou esclarecido mais atrás, a explicação para essa incidência se justifica pelas temáticas demasiado polêmicas que perpassam as charges selecionadas.

Ademais, quanto aos itens priorizados para se processar a negação, a partícula negativa “não” despontou com um maior número de ocorrências, provando que por excelência exerce a função de negar, e se configura como item linguístico privilegiado dentro do quadro de predileção do inventário linguístico utilizado pelos usuários da língua/linguagem.

Com o operador “nem”, se teve a oportunidade de verificar que, além de processar a negação, concomitantemente instaura outro fenômeno, o da argumentação.

E já que se falou de outro item linguístico que processa a negação, vêm à tona, dentro do sistema linguístico disponível, outros itens que exercem a função de negar, ampliando o repertório dos usuários da língua, tendo a serviço da elaboração linguístico-negativa, outras formas de efetuar-la. Inclusive, como ficou claro na análise da primeira charge, a manifestação da negação pode se dar sem nenhuma marca explícita, mas que contextualmente se mostra como tal.

Outro fator de grande monta para pesquisa que se realizou foi a detecção das várias vertentes teóricas utilizadas para explicação da manifestação do fenômeno linguístico da negação, habitando o campo da morfologia, sintaxe, semântica, pragmática, dentre outros, trazendo a clarividência de que a investigação dessa temática não se restringe a um único campo de estudo, e que demanda do pesquisador demasiado trabalho intelectual para, de fato, buscar entender como se revela, na práxis linguística, a concretização do fenômeno linguístico da negação.

Cabe registrar, neste momento, que este trabalho não encerra a discussão da temática abordada, e não se caracteriza enquanto pesquisa exaustiva que procura responder a todas as perguntas que se possa conceber para um total entendimento do assunto. Sobretudo, mormente, contribui para que o estudo seja aprofundado e desperte, noutros pesquisadores, o desejo de “mergulhar” nesse oceano bibliográfico para, também, buscar desvendar como se eclode a negação entre os homens.

Desta forma, espera-se que outros olhares sobre a negação sejam tecidos para que o entendimento sobre o fenômeno em questão seja mais e mais esclarecido, enriquecendo a pesquisa científica que não pode parar, pois, como já disse o poeta, “o tempo não para”. E, retomando a epígrafe presente nesta contribuição científica, “Enquanto houver espaço e tempo e algum modo de dizer não, eu canto”

No tocante ao ensino de língua portuguesa, obviamente cada indivíduo possui sua própria maneira de compreender os fenômenos gramaticais e assimilá-los como lhe convém. Porém, acredita-se que algumas luzes podem ser lançadas para tornar esse entendimento o mais claro possível.

Desta forma, disponibilizadas essas noções tradicionais, seguem abaixo algumas sugestões – direcionadas ao público do ensino médio, haja vista o contato mantido com vários fenômenos da linguagem –, conforme prenunciado aqui no início:

- (a) Trabalhar com sentenças reais – de preferência que façam parte do conhecimento de mundo dos discentes e inseridas em um determinado gênero textual específico – contextualizadas, embora que, quando da operacionalização, os cortes sejam imprescindíveis;
- (b) Quando da abordagem de itens linguísticos que operem a negação (os advérbios, por exemplo), incitar os alunos a responder o que eles entendem por negação. Noutras palavras, o que é negar? Existem outras palavras na língua que possuem sentido negativo?;

- (c) Orientar os alunos no sentido de construir interpretações em sentenças em que há presença de elementos que operam a negação. Ou seja, o que o item negativo nega, quais possibilidades de interpretá-lo;
- (d) Incitar os discentes no sentido de perceber sequências linguísticas desprovidas de marcas que instarem a negação, mas que se configuram como tais.

As possibilidades de se trabalhar com o fenômeno linguístico da negação não se esgotam nas sugestões supracitadas. São antes de tudo passíveis de melhoria e não se configuram como antídoto para resolução dos problemas inerentes ao ensino-aprendizagem – que são muitos, diga-se de passagem –, mas que, com base nesses apontamentos já é possível iniciar alguma reflexão, sobretudo a partir de gêneros textuais, os mais diversos, a exemplo da “charge”, alvo de estudo do presente trabalho.

E quem pensava que o fenômeno linguístico da negação encerrava-se com um simples “não”, e com isso não se diz não ao não, para retomar outro também poeta, “Olhe o dedinho!”. Por meio de qual, ou quais, vertentes teóricas explicar-se-ia essa forma de se efetuar a negativa, tão presente no cotidiano? Afinal, não se pode esquecer, que “negar é humano”.

## 6. REFERÊNCIAS

ALVES, Ieda Maria. Prefixos negativos no português falado. In: ILARI, Rodolfo (Org.) *Gramática do português falado*. 4. ed. São Paulo: 2002.

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: *Estética da criação verbal*. 4. ed. São Paulo: Martins fontes, 2003, p.261-269.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. *Teoria semiótica do texto*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2008.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

BENVENISTE, Émile. Comunicação animal e linguagem humana. Tradução: Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. In: \_\_\_\_\_. *Problemas de linguística geral I*. 5. ed. Campinas: Pontes, 2005, p. 60-67.

CASTILHO, Ataliba T. de. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.

CUNHA, Celso. *Gramática moderna*. Belo Horizonte: Bernardo Álvares, 1970.

DIONÍSIO, Angela Paiva. Gêneros multimodais e multiletramento. In: KARWOSKI, Acir Mário; GAYDECKA, Beatriz; KARIM, Siebeneicher Brito (Orgs.). *Gêneros textuais: reflexões e ensino*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006. p.131-143.

DUBOIS, Jean et alii. *Dicionário de linguística*. São Paulo: Cultrix, 2006.

DUCROT, Oswald. *Princípios de Semântica Linguística – dizer e não dizer*. São Paulo: Cultrix, 1977.

\_\_\_\_\_. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes, 1987.

FILHO, Cândido Jucá. *O fator psicológico na evolução sintática*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1971.

FREGE, Gottlob. Sobre o sentido e a referência. In:\_\_\_\_\_. *Lógica e filosofia da linguagem*. Seleção, introdução, tradução e notas: Paulo Alcovado. São Paulo: Cultrix, 1978, p.59-86.

GARCIA, Othon M. *Comunicação em prosa moderna*. 15. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1992.

GERALDI, João Wanderley. *Se a Semântica fosse também pragmática ou para uma análise dos enunciados condicionais*. Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp, 1978. (Dissertação de Mestrado).

GOMES, José Maria Barbosa. *Maria de Andrade e a revolução da linguagem; a gramatiquinha da fala brasileira*. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1979.

GOUVEIA, Carlos A. M. Pragmática. In: FARIA, I.H. et alii. *Introdução à linguística geral e portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1996, p.383-419.

GRUDZINSKI, Silvia Cristina. *Critérios Jornalísticos de Noticiabilidade Presentes na Rotina Produtiva Charge*. Disponível em: <[www.bocc.ubi.pt/pag/bocc-kika-criterios](http://www.bocc.ubi.pt/pag/bocc-kika-criterios)>. Acesso em: 15 nov. 2011.

GUIMARÃES, Eduardo. *História, sujeito, enunciação*. Campinas: Cadernos de estudos linguísticos, jul/dez. 1998, p. 109-116. Disponível em: <<http://www.iel.unicamp.br/revista/>>. Acesso em: 27 nov. 2011.

\_\_\_\_\_. Semântica e pragmática. In: GUIMARÃES, Eduardo; ZOPPI-FONTANA, Mônica (Orgs). *Introdução às ciências da linguagem – A palavra e a frase*. Campinas: Pontes, 2006, p.113-146.

HORN, Laurence R. *A natural history of negation*. Chicago, Chicago University Press, 2001.

ILARI, Rodolfo & GERALDI, João Wanderley. *Semântica*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1990.

ILARI, Rodolfo. *Introdução à semântica – brincando com a gramática*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

LUFT, Pedro Celso. *Dicionário Gramatical da língua portuguesa*. Porto Alegre: Globo, 1973.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Paiva Dionísio; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (Orgs). *Gêneros textuais & ensino*. 5.ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007, p.19-36.

MATEUS, Maria Helena Mira et alii. *Gramática da língua portuguesa*. Coimbra: Almedina, 1983.

MENDONÇA, Márcia Rodrigues de Souza Mendonça. Um gênero quadro a quadro: a história em quadrinhos. In: DIONÍSIO, Paiva Dionísio; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (Orgs). *Gêneros textuais & ensino*. 5.ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007, p.194-207.

MOURA, Heronides Maurílio de Melo. *Significação e contexto: uma introdução a questões de semântica e pragmática*. 3. ed. Florianópolis: Insular, 2006.

NASCIMENTO, Erivaldo Pereira do. Gêneros Jornalísticos na sala de aula: desenvolvendo habilidades leitoras. In: PEREIRA, Regina C. Mendes (Org.) *Ações de linguagem: da formação continuada à sala de aula*. João Pessoa: Editora Universitária, 2010. p. 56-87.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo: UNESP, 2000.

OLIVEIRA, Roberta Pires de. Semântica. In: MUSSALIN, Fernanda; BENTES, Anna Christina Bentes (Orgs.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001, p. 17-46.

PIMENTA, Marta Nascimento F. Neologismos nas HQs e nas charges: uma Questão de sedução. In: SIMÕES, Darcilia (Org.). *Língua Portuguesa. Ensino, pesquisa, pós-graduação e formação docente*. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2008, p.266-294.

SANTOS, Liliane Moreira. *Nem: negação/adição/argumentação*. Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp, 1990. (Dissertação de mestrado).

SAPIR, Edward. *A linguagem: introdução ao estudo da fala*. Tradução: J. Mattoso Câmara Jr. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1971.

SCHOPENHAUER, Artur. Sobre a linguagem e as palavras. In:\_\_\_\_\_. *A arte de escrever*. Organização, tradução, prefácio e notas: Pedro Süssekind. Porto Alegre: L&PM, 2007.

VOGT, Carlos. *O intervalo semântico*. São Paulo: Ática, 1977.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações filosóficas*. Tradução e prefácio: M. S. Lourenço. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 2002.